

UNIVERSIDADE

pública

MAR_ABR /2011
ano 11. nº60

Envelopamento autorizado, pode ser aberto pela E.C.T.

IMPRESSO

Todos contra o crack

Projetos de apoio aos dependentes químicos já realizados pela UFC nortearão ações de Centro Regional de Referência em Crack e Outras Drogas no Ceará

Polêmica

Medida Provisória que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares provoca divergências

Alerta

Uso indevido de medicamentos obriga Anvisa a exigir receita médica para compra de remédios



Em Fortaleza o direito de ir e vir nunca foi tão respeitado

Nos últimos seis anos, Fortaleza viveu uma verdadeira revolução no serviço de transporte coletivo oferecido na cidade



Menor Tarifa entre as cidades do Brasil

Fortaleza é hoje a cidade com a menor tarifa dentre as capitais com sistema integrado e de mesmo porte do Brasil.



:: Tarifa Social

Antes da Tarifa Social, cerca de 350 mil pessoas utilizavam ônibus aos domingos. Após o benefício, esse número já chegou a mais de 630 mil, representando um acréscimo de 80% na demanda de passageiros aos domingos.



:: Hora Social

Agora, de segunda a sábado, das 9 às 10 horas e das 15 às 16 horas, a tarifa permanece em R\$ 1,80 (inteira) e R\$ 0,90 (meia). Para utilizar a Hora Social basta ter o vale transporte eletrônico ou a carteira estudantil carregada com créditos.



:: Meia passagem ilimitada

Fortaleza é a única capital do País onde a meia é ilimitada para estudantes da rede pública e particular. O estudante pode usar o benefício quantas vezes quiser, em qualquer horário e dia da semana, e sem fardamento escolar.



:: Gratuidade para pessoas com deficiência

Mais de 12 mil pessoas já utiliza o benefício e, em 72% dos casos, com direito a acompanhante.



:: Acessibilidade

A frota de ônibus com elevadores aumentou de 23 para 660 veículos, nos últimos seis anos. Os cidadãos com deficiência contam ainda com 74 vans e 40 táxis adaptados na cidade.



:: Integração temporal

A Integração Temporal permite combinar dois ônibus, no seu trajeto de ida ou volta, pagando apenas uma única passagem sem a necessidade de passar por um terminal de integração.



:: Aumento e renovação da frota

Fortaleza uma das capitais com os coletivos mais novos do País, com idade média inferior a cinco anos.

Para fazer a diferença, você precisa de alguém que te escute e que valorize a sua opinião. Por isso, o BB Universitário criou um site para você expor suas ideias em um espaço todo seu.

Ser independente é preferir um lugar ao sol em vez de sombra e água fresca

eufacoacontecer.com.br

*Onde TODA forma de independência vale a pena
Onde SUA independência vale a pena*

BANCO DA FLÁVIA



todo seu

Central de Atendimento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001 • SAC 0800 729 0722 • Ouvidoria BB 0800 729 5678
Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088 ou acesse bb.com.br

[@eufacoacontecer](https://twitter.com/eufacoacontecer)

[/bancodobrasil](https://facebook.com/bancodobrasil)

UNIVERSIDADE **pública**

Revista de valorização e promoção da produção científica, tecnológica e cultural da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Reitor
Prof. Jesualdo Pereira Farias
Vice-Reitor
Henry Campos

Reitoria
Av. da Universidade, 2853
60020-181 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366.7300
Internet: www.ufc.br
E-mail: reitor@ufc.br

Coord. de Comunicação Social e Marketing Institucional
Paulo Mamede
Fone: (85) 3366.7319
E-mail: ufcinforma@ufc.br

Assessor de Comunicação Institucional
Italo Gurgel
Fone/Fax: (85) 3366.7328

Revista Universidade Pública
Av. da Universidade, 2853
Benfica - Fortaleza - Ceará
CEP: 60020-181
Fone: (85) 3366.7319
revistaufc@gmail.com

Editor
Gustavo Colares/CE1861JP

Reportagens
Gustavo Colares/CE1861JP
Hébely Rebouças/CE2180JP
Raquel Chaves/CE01286JP
Sílvia Marta Costa/CE00922JP

Fotos
Davi Pinheiro
Francisco Menezes
Júnior Panela/CE00100RF

Direção de Arte
Diego Normandi

Diagramação
Diego Normandi
Pedro Grangeiro
William de Brito

Revisão
Maria das Dores de Oliveira Filgueira
Sílvia Marta Costa

Tiragem
5.000 exemplares

Periodicidade
Bimestral

CTP e impressão
Expressão Gráfica

Tirando as pedras do caminho

Uma nova luz num túnel que parece não ter fim começou a ser irradiada para quem luta contra os efeitos do consumo de crack e tenta, diariamente, desviar das pedras que insistem atravessar seus caminhos. Em fevereiro, o Governo Federal divulgou a criação, por todo o País, de 49 Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas, que formarão recursos humanos para apoiar dependentes químicos e seus familiares nesse combate ingrato que tem tirado a vida de muitos jovens brasileiros, sobretudo nas grandes cidades.

O Ceará terá três centros desse tipo. Em um deles, a UFC, em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado, terá papel importante na realização de cursos a partir do trabalho já desenvolvido por docentes da Instituição, que realizam atividades de extensão e pesquisas na área de álcool e outras drogas. O número 60 de *Universidade Pública* apresenta projetos e iniciativas direcionados à luta contra o crack e conta histórias de dois ex-usuários de drogas que têm o desafio de recuperar, a cada dia, um pouco do tempo perdido de suas vidas.

Em outra reportagem, trazemos à tona, mais uma vez, o papel e a importância do Complexo Hospitalar da UFC, que inclui o Hospital Universitário Walter Cantídio e a Maternidade Escola Assis Chateaubriand, no atendimento à população e na formação de médicos através do tripé ensino, pesquisa e extensão. O mote da matéria é a Medida Provisória nº 520, que tem causado polêmica na comunidade universitária.

Também nesta edição, a repórter Hébelly Rebouças apresenta os riscos que o uso indevido de medicamentos podem causar à saúde. A restrição à venda de antibióticos sem receita médica, medida tomada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), causou resistência em pacientes e consumidores. Em mais uma matéria, o leitor ficará sabendo que a UFC, depois de anos tendo de recorrer a instituições de outros estados, passará a desenvolver sua primeira colônia de camundongos transgênicos, que serão utilizados em pesquisas sobre doenças típicas da região do Semiárido.

A entrevista desta edição é com o Prof. Mauro Pequeno, diretor do Instituto UFC Virtual. Criada há dez anos como órgão suplementar da Reitoria, a mais nova unidade acadêmica da Universidade é referência nacional em educação a distância e no uso da tecnologia de informação para a melhoria do ensino e da formação de professores da rede pública.

Aproveito para agradecer à jornalista Simone Faustino, que assumiu, interinamente, a edição da primeira *UP* deste ano. Quero também dar as boas-vindas à repórter Raquel Chaves e ao diagramador William Brito, que estarão juntos conosco pelos próximos números da Revista e trarão, sem dúvida, pertinentes contribuições para o aperfeiçoamento constante de nossa publicação. Aos professores da UFC, recém-contratados e veteranos, um pedido: estamos recadastrando seus endereços residenciais para o envio de *UP*. Basta enviar os dados para o e-mail cadastroup@ufc.br.

Boa leitura. Até a próxima edição.

Gustavo Colares
EDITOR UP



NOSSA CAPA

Ilustração de
Diego Normandi



16 CAPA

A UNIVERSIDADE CONTRA O CRACK

Iniciativas desenvolvidas pela UFC na luta contra as drogas serão referência para centro de combate ao crack no Ceará. *UP* apresenta histórias de ex-dependentes químicos

7 ENTREVISTA MAURO PEQUENO

Diretor do Instituto UFC Virtual conta a trajetória e apresenta projetos da unidade acadêmica voltada para o futuro da Educação



12



SAÚDE EM ALERTA

Uso indevido de medicamentos faz Anvisa exigir receita médica para compra de remédios. Conheça os riscos dessa prática

24



POLÊMICA À VISTA

Medida Provisória que pode criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares causa divergências na comunidade universitária

29



DE OLHO NA NOTÍCIA

Novo marco regulatório dos meios de comunicação vem a tona a partir do embate entre a mídia tradicional e os *blogs* independentes

32



ROEDORES EM SÉRIE

Primeira colônia de camundongos transgênicos da UFC auxiliará pesquisas na região do Semiárido. Biotério Central precisa de reforma

ENTREVISTA

por Gustavo Colares

De frente para o futuro

No momento em que a pujança de nossa economia e a inclusão no mercado consumidor de boa parte da população brasileira são reconhecidas por nações de todo o globo, a Universidade Federal do Ceará vem cumprindo papel importante para o incremento dessa projeção. Se é através de seu poderio econômico que os países garantem assento e direito a voto em fóruns multilaterais internacionais, é por meio de uma boa formação de seu corpo diplomático que um Estado confirma a elevação de seu patamar de governança. Desde o ano passado, o Instituto UFC Virtual representa a Universidade em, pelo menos, 97 países. É nas embaixadas e consulados brasileiros que oficiais e assistentes de chancelaria fazem cursos de atualização profissional garantidos através de parceria entre a Instituição e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Tudo a distância, com *software* e tecnologia desenvolvidos na UFC.

Transformado em unidade acadêmica em 2010, o Instituto UFC Virtual foi criado em 1998 como órgão suplementar do Gabinete do Reitor. Um ano antes, o Projeto Educadi, considerado o embrião do Instituto, incentivou o uso pedagógico de computadores em dez escolas cearenses, através do trabalho realizado pelo então Grupo de Pesquisa em Educação a Distância, coordenado pelo Prof. Mauro Cavalcante Pequeno. Desde 2005, ele está à frente do Instituto, que, além de desenvolver tecnologias e *softwares*, produz cursos e realiza a transição didática de conteúdos para uso nas modalidades semipresencial e de educação a distância (EaD), valorizando, ainda, o uso da Internet e das novas mídias como motor da melhoria da rede pública de ensino.

Em 2011, o Instituto UFC Virtual, que conta com cerca de 7 mil alunos de nove licenciaturas espalhados em 30 polos do sistema Universidade Aberta do Brasil pelo Interior cearense, inicia um desafio ousado: fazer com que 20% das disciplinas de todos os cursos de graduação presenciais da UFC sejam cursadas na modalidade a distância.

Na entrevista que o leitor de *Universidade Pública* tem a seguir, o Prof. Mauro Pequeno conta um pouco sobre a trajetória do Instituto - dos resultados do Projeto Educadi à participação do outrora setor suplementar da Reitoria no projeto de elaboração do padrão brasileiro de TV digital, passando pelo trabalho desenvolvido pela atual unidade acadêmica em países africanos - e os inúmeros programas e pesquisas coordenados por uma equipe multidisciplinar formada por 36 professores. No Instituto UFC Virtual, o futuro já começou.



Universidade Pública - O Instituto UFC Virtual teve origem com o Projeto Educadi, realizado em 1997. Em que ele consistia e por que ele é considerado o embrião do Instituto?

Mauro Pequeno - O Projeto Educadi foi desenvolvido a partir de uma provocação do Ministério da Ciência e Tecnologia, que queria introduzir computadores nas escolas. Mas pensamos que, se colocar o computador sozinho, os professores não vão saber usar direito nem o que fazer com ele. Naquele momento, a informática educativa estava crescendo no País. Então, fizemos um projeto para incentivar o uso pedagógico do computador. Elaboramos e submetemos o projeto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que nos informou já haver um projeto semelhante no Rio Grande do Sul e nos sugeriu casar os dois em algo único. Daí montamos um projeto nacional, que envolvia quatro estados: Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. O Educadi foi, portanto, o embrião da entrada dos computadores em dez escolas municipais e estaduais de Fortaleza, além de ter dado capacitação para professores, através de bolsistas de mestrado e alunos de graduação da UFC que, inclusive, deram orientação para novos projetos. Os alunos daqui trocaram muita experiência com alunos de uma escola do Rio Grande do Sul. Houve um projeto de limpeza dos rios, onde os estudantes de uma escola cearense foram até a margem do Rio Cocó, tiraram fotografias e enviaram para o Sul. O mesmo aconteceu com alunos de lá, que enviaram para cá fotos da margem do Rio Guaíba. Essas escolas foram para frente, ganharam concursos nacionais, como o Sua Escola a 2000 por Hora, do Instituto Ayrton Senna. Para nós, foi o início da equipe do Instituto UFC Virtual, pois alunos de graduação participantes do Educadi são hoje professores do Instituto. A partir dele, surgiram outros projetos, como a Cátedra da UNESCO em educação a distância e

o projeto VDL - para desenvolver tecnologia de realidade virtual -, cursos de línguas feito com avatares, algo muito avançado para aquela época.

UP - Que outros projetos e atividades o senhor pode destacar nessa trajetória do Instituto?

MP - Tivemos ainda uma parceria com a Ericsson, fabricante de equipamentos de telefonia, que ajudou a consolidar o Instituto, pois nos deu equipamentos e ajudou a montar nossos laboratórios. A plataforma SOLAR, hoje utilizada nos cursos a distância do Instituto, foi desenvolvida para a Ericsson University. Com sua extinção, ela foi cedida para a UFC, para que não fosse perdido todo o investimento, desde que descaracterizada. Claro que hoje a plataforma SOLAR está bem aperfeiçoada, é um dos melhores Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) do País. A contrapartida da UFC para a Ericsson era treinamento, *e-learning* com os gerentes da empresa, feito através de cursos a distância, pois era muito caro deslocar os participantes para São Paulo, onde passariam um ou dois meses.

UP - Mas somente em 2003 o Instituto ganhou o nome que tem hoje. Quais mudanças surgiram a partir dessa nova configuração?

MP - Antes, era um órgão suplementar ligado à Reitoria, pois ainda estava se montando, ganhando corpo. A partir de então, fizemos o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) simulado a distância, algo inédito em 2003. Atualmente estamos, inclusive, com um projeto submetido ao Ministério da Educação (MEC) para implantar o ENEM na Escola, proporcionando melhorias de preparação para o Exame. Vamos atingir escolas do Ceará, pois o projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria da Educação do Estado (Seduc), mas é possível que esse projeto se torne até nacional, a depender do tamanho da equipe que

“Na ponta, haverá a melhoria do ensino público. Queremos alcançar isso em duas áreas críticas: Português e Matemática, que são a base de tudo. Vamos atacar esse problema para tentar melhorar o nível de nossas escolas”

fique por trás e é necessária para dar suporte. Acredito que o MEC tenha interesse nisso, pois não seria a primeira vez que um projeto nosso vira nacional, pois participamos da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Outro exemplo: o atual programa Mídias na Educação, que antes se chamava TV na Escola e os Desafios de Hoje. Nós fomos o estado com o maior número de alunos, batendo até São Paulo, que tem muito mais escolas e professores. Tivemos quatro edições desse programa, onde formávamos professores para utilizar mídias, como TV, rádio e etc. Era treinamento feito a distância, com material impresso, vídeo, aulas transmitidas pela própria TV Escola e parte *web*, com tutoria e tiradúvidas. Atendemos em torno de 5 mil professores, durante três anos, só no Ceará.

UP - Em 2005, o Instituto participou do projeto de definição do padrão de TV Digital Brasileiro, o Projeto SB-TVD. Em que consistiu a participação da UFC nesse propósito?

MP - Nesse projeto, auxiliamos, junto com o Departamento de Computação, na montagem e nos testes de interatividade do padrão brasileiro. Fazíamos parte de um consórcio com

equipes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de São Paulo. O grupo era uma célula que desenvolvia determinadas tarefas, e se realizava reuniões de consolidação de todos os demais grupos do País, que desenvolviam o padrão em pedaços. Assim foi construído o padrão brasileiro de TV digital, que ainda não está consolidado por conta de interesses comerciais. Muitas coisas que nós temos condições de fazer ainda não estão sendo exploradas; a interatividade é uma delas. O set-top-box [equipamento necessário para converter o sinal analógico em digital], ainda tem um preço caro para o público em geral, por exemplo. Nós até já vemos o uso da TV digital por algumas emissoras de TV, mas cabe a elas e aos fabricantes de equipamentos darem início ao uso da interatividade. É um padrão nacional, ligado aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, que detêm o conhecimento geral.

UP - Apenas em 2010 o Instituto UFC Virtual se transformou em unidade acadêmica. Quais os ganhos dessa mudança?

MP - Foi um passo muito importante para o Instituto. Em primeiro lugar, todos os nossos projetos que precisávamos submeter a qualquer entidade de financiamento eram sempre vinculados a outros departamentos, como Computação ou Educação. Não tínhamos autonomia. Passamos a participar dos conselhos da Universidade, temos assento no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e no Conselho Universitário (Consuni); podemos opinar. Temos agora o curso de graduação presencial em Sistemas e Mídias Digitais, que foi um passo ousado e acertado do Instituto. É único no País com esse desenho, que engloba vertentes educacionais, de comunicação, computação e jogos digitais. Nenhum curso é tão completo quanto esse. O profissional que nós vamos formar para o mercado é moderníssimo,

está dentro e bem formado no mundo da era da informação. Ele saberá agregar ferramentas de comunicação na produção de design, pois entende de educação, comunicação, computação e tem domínio de linguagens de programação. Alguns estudantes já desenvolveram produtos e projetos - três jogos digitais - por encomenda do Sebrae.

UP - Recentemente, o Instituto assinou convênio com o Ministério das Relações Exteriores para o fornecimento de cursos a distância para funcionários do Itamaraty. Por que o Instituto foi escolhido pelo Governo Federal?

MP - Não é a primeira vez que somos convidados pelo MRE para integrar um projeto dessa área. A UFC tem nome nacional, em EaD está na ponta do País, somos uma das mais avançadas instituições nessa área. O MRE nos procurou depois de termos sido recomendados pelo MEC e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pois somos a única universidade no País a oferecer cursos totalmente digitais. Não estamos presos ao papel, ao material escrito; isso não nos limita. Como poderia um curso chegar a 97 países com aulas nos finais de semana e material impresso? Totalmente impossível. Então, ofertamos quatro cursos para funcionários de consulados e embaixadas, oficiais e assistentes de chancelaria: Treinamento para o Serviço Exterior, Especialização de Assistente de Chancelaria, Atualização de Oficial de Chancelaria e Capacitação de Oficial de Chancelaria. Estão inscritos mais de 200 servidores. São cursos fundamentais, de atualização para a atuação profissional deles. O Itamaraty está altamente satisfeito, os alunos elogiam o trabalho do Instituto. Imagina trazer esse pessoal de lugares mais distantes para passar um ou dois meses em Brasília, desfalcando as embaixadas do Brasil mundo afora; seria um custo absurdo. Há módulos de Comércio e Direito Internacional, algo que

muda sempre. Tem alguns conteúdos restritos e, por isso, tivemos de assinar um termo de confidencialidade. O número nosso de profissionais que manuseia nesse projeto é muito restrito. O Itamaraty mandou parte do conteúdo dos cursos e nós o colocamos na Plataforma SOLAR, que será o ambiente oficial utilizado pelo Itamaraty em todas as embaixadas do mundo, para outros cursos que serão desenvolvidos posteriormente. Estamos cedendo todo o *know-how*. Ou seja, um sistema da UFC agora será compartilhado com o Itamaraty e estará presente em, pelo menos, 97 países. Fizemos ainda uma capacitação para que os próprios profissionais do Itamaraty possam ser os tutores dos cursos, já que há também conteúdo desenvolvido por eles, mais restritos ainda e que não pudemos ter acesso. Ministramos cursos sobre como trabalhar como tutor e como trabalhar na produção de conteúdo.

UP - O senhor mencionou que esta não é a única experiência internacional do Instituto. Como a unidade está inserida na África?

MP - Nós desenvolvemos há três anos um projeto na África. Começou como uma espécie de Olimpíada de Língua Portuguesa e se transformou numa formação de Português e Matemática que ofertamos para professores daquele continente, mais fortemente em Cabo Verde. É considerado um sucesso. Há um pedido do MRE para que se aumente o número de vagas e se expanda a área de atuação. Teremos um encontro agora em abril para avaliação das atividades de 2010. Na esteira desse projeto, estamos com outro projeto submetido junto a Capes para montar o Numeratizar, um portal de auxílio exclusivo para professores de Matemática, tanto para africanos como os das escolas públicas do Ceará. Além disso, teremos também atuação junto ao Sócrates, um portal desenvolvido por nós do Instituto UFC Virtual, que interligará os professores para formar uma comunidade de aprendizagem,

onde as pessoas trocam experiências, tiram dúvidas. Os professores do Departamento de Matemática ligados a esse projeto e ao Instituto vão solucionar questões para esses professores da rede pública. E através do Sócrates estimularemos o desenvolvimento de novos trabalhos, atividades e projetos. Na ponta, haverá a melhoria do ensino público. Queremos alcançar isso em duas áreas críticas: Português e Matemática, que são a base de tudo. Vamos atacar esse problema crítico para tentar melhorar o nível de nossas escolas, cuja melhor forma é aperfeiçoar o nível dos professores.

UP - No ano passado, a UFC disputou edital para incrementar disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presenciais da Instituição. Em que situação isso se encontra?

MP - Já está tudo aprovado pelo MEC, só estamos aguardando o financiamento. Mas, como a equipe já está montada, vamos iniciar o projeto agora, independente do repasse dos recursos. Começaremos pela Formação de Docência Integrada às Tecnologias da Informação e Comunicação (DTIC), onde vamos atender 100 professores e 100 alunos da UFC. Cada docente inscrito indica um aluno. Os dois fazem o curso porque o aluno está mais acostumado às linguagens das novas mídias e ajudará depois o professor a desenvolver suas disciplinas. O projeto da Administração Superior da Universidade é que 20% de todas as disciplinas dos cursos de graduação usem modernas tecnologias de ensino a distância, todas cadastradas na Plataforma SOLAR. Por exemplo, a minha disciplina está sendo dada agora. Estou aqui nessa entrevista e dando aula ao mesmo tempo. Como? Ela está dentro do ambiente virtual de aprendizagem, os alunos estão fazendo-a. Não preciso estar em tempo real porque depois eu entro e tiro as dúvidas que surgirem, pois o conteúdo da disciplina está todo lá dentro do ambiente. Isso já acontece em outros cursos presenciais da UFC, como na Odontologia, Geografia, Computação, Economia, Física, Matemática. Todas as graduações serão

atingidas. Nós estamos trabalhando para colocar todas as disciplinas dos cursos do Campus de Quixadá no SOLAR. Estivemos em três campi da UFC dando palestras sobre isso e, atualmente, já estão sendo criadas disciplinas virtuais também em Sobral e Cariri. Gradativamente, os professores estão migrando para o ambiente virtual de aprendizagem, com maior ou menor intensidade.

UP - Ainda persiste um preconceito sobre a qualidade de cursos e disciplinas na modalidade a distância. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Como se dá, por exemplo, o acompanhamento do professor em relação ao aluno?

MP - Isso é totalmente uma lenda urbana. Quem conhece cursos a distância, principalmente a metodologia com que trabalhamos aqui, muda de opinião no outro dia. Quem tem essa opinião realmente não conhece de perto. Tanto que muitos professores que se utilizam da EaD nos cursos presenciais são aqueles que atuaram junto ao Instituto, em algum curso promovido por nós; antes eles não conheciam nada. Nós ofertamos regularmente cursos de tutoria para

“O projeto da Administração Superior da Universidade é que 20% de todas as disciplinas dos cursos de graduação usem modernas tecnologias de ensino a distância, todas cadastradas na Plataforma SOLAR”

professores da Universidade, todo semestre. Os professores que estão conhecendo essa metodologia percebem a importância e veem a melhoria, além de os alunos aprovarem, pois os ajuda a aprender mais. No ambiente virtual o professor dá assistência no momento em que o aluno tem dúvida, lá estão leituras adicionais, resumos de aula, vídeos.



MAURO PEQUENO

O resultado final é melhor. Podem ser colocados fóruns onde são debatidos os assuntos, *chat* tira-dúvidas; muitos alunos às vezes ficam inibidos de perguntar em sala de aula. O importante é você problematizar, fazer com que as pessoas discutam. Por exemplo, existem algumas disciplinas aqui na Universidade, como Cálculo I, com índice de reprovação altíssimo. As maiores dúvidas dos alunos podem ser incluídas no ambiente virtual, através de recursos adicionais: um professor dando uma explicação extra, incluindo animações ou simulações de algum fato para ajudar o aluno a visualizar e entender melhor os conceitos. Quando você usa a mídia como apoio, até mesmo em 3D, o aluno consegue entender mais facilmente. Nós trabalhamos aqui com realidade aumentada, que permite o 3D. Um vídeo fica dentro do ambiente, o aluno pode ver e rever quantas vezes for necessário para ele, passando a entender melhor o conteúdo da disciplina. Se esse material de apoio já estivesse desenvolvido, garanto a você que a evasão e a reprovação nessa disciplina de Cálculo I, que é um dos bichos-papões daqui, iria cair drasticamente.

UP - Qual a situação atual do Projeto Um Computador por Aluno (UCA)? Quantas escolas foram atendidas?

MP - No Ceará, já temos dez escolas com os computadores distribuídos, capacitação de professores, alunos e diretores já em andamento. Acredito que em 2011 os resultados comecem a aparecer. Inscrevemos um projeto junto ao CNPq para desenvolver pesquisa tanto na área de aplicação do uso pedagógico do computador como desenvolvimento de ferramentas para o projeto UCA. Há um curso nacional gratuito, do MEC, que teve participação do Instituto UFC Virtual na sua criação, montado aqui para o Brasil inteiro, voltado só para professores do UCA. Até hoje gerenciamos nacionalmente aqui, todo o curso entra no site do MEC a partir do Ceará.

UP - O Instituto atua bastante junto a professores da rede pública de ensino. Quantas pessoas são envolvidas pelos cursos de especialização e extensão promovidos pela unidade?

MP - Atualmente, através do Grupo de Pesquisa e Ensino em Gestão Educacional (GPEGE), há 1.400 alunos no Curso de Especialização em Gestão Escolar, ofertado pelo Instituto, de modo semi-presencial. Com isso, estamos presentes em 133 municípios cearenses, 75% do total, mas nosso projeto é chegar aos 100%. Há também cursos de extensão, como o de Formação Continuada em Conselhos Escolares, com 1.500 alunos. É a UFC atingindo a educação como um todo, não se restringindo à formação superior. Aqui no Instituto temos uma densidade muito forte com o professor de escola pública. Infelizmente, verificar melhorias em educação é algo lento. Não é da noite para o dia. Mas está melhorando. E um outro dado que não é captado pelas pesquisas é o crescimento do aluno. Não é só o conhecimento escolar que deve ser medido, mas a pessoa crescer como cidadã, ter uma visão melhor do mundo. Isso é muito importante e não sai nas pesquisas, que são só de conteúdo. A escola não é só conteúdo, e por isso a gente defende muito aqui uma formação mais ampla, mais holística. Isso refletirá na melhoria das condições de vida da população e no progresso do Estado. 🗣️

VaiUM REMEDINHOaí?

por Hébely Rebouças

O Brasil está entre os dez mercados de medicamentos do mundo, sendo que mais da metade do consumo é feita de forma inadequada. A Anvisa quer barrar o descontrole, mas todos querem uma caixinha a mais do remédio favorito

Nos últimos meses, quem decidiu, por conta própria, ir à farmácia e comprar aquele remédio para dor de garganta que se usa em casa há anos, provavelmente se deparou com uma surpresa. “Antibiótico, agora, só com receita médica”, avisam os balconistas e farmacêuticos desde que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidiu restringir a venda desse tipo de droga, no fim do ano passado. A medida causou resistência na clientela, é claro. Afinal, qual seria a necessidade de ir ao hospital para conseguir comprar aquela “pomadinha inofensiva” ou o “colírio já usado há tanto tempo”? A justificativa do Órgão é simples: é preciso frear, com urgência, o uso indiscriminado de medicamentos.

Embora muita gente já esteja acostumada à automedicação, os dados sobre a prática são preocupantes. A Organização Mundial da Saúde (OMS)

estima que mais da metade das drogas comercializadas sejam vendidas sem prescrição e consumidas de forma incorreta. Além disso, de acordo com o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz, cerca de 30% dos casos de intoxicação humana são causados pelo consumo indevido de remédios. E a droga nem precisa ser das mais potentes para causar problemas sérios. Em 2006, o cientista político cearense Thiago Sampaio contraiu uma hepatite medicamentosa após, segundo ele, ter utilizado um dos tipos de comprimido mais comuns na prateleira do brasileiro: o analgésico paracetamol.

Thiago contou que sentia febre e dor no corpo. Pensando tratar-se apenas de uma simples gripe, optou por não procurar um especialista. Durante dois dias, ingeriu a substância a cada quatro horas. Com os sintomas agravados, resolveu ir ao médico e descobriu que seu problema, na verdade, era dengue, agravada por uma inflamação no fígado causada pelo abuso do paracetamol. “Eu já não conseguia ficar em pé. Na época, não existia

aquele aviso: ‘em caso de suspeita de dengue, esse medicamento é contraindicado’. A gente não sabia dos riscos”, relata.

No caso dos antibióticos - fármacos que agem contra inflamações bacterianas -, a situação é ainda pior. Isso porque além de poder causar efeitos colaterais no indivíduo que os consomem, as consequências podem se estender também à saúde pública, interferindo até mesmo na indústria farmacêutica.

De acordo com o professor da Faculdade de Medicina da UFC Jorge Luiz Nogueira, que também é chefe da Comissão de Controle da Infecção Hospitalar do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), o uso indiscriminado de antibióticos levou alguns tipos de bactéria a criarem resistência a determinadas drogas. Resultado: doenças antes tratadas com a simples penicilina (primeiro antibiótico identificado, no fim da década de 1920) hoje exigem medicamentos de última geração.

Foi justamente esse fenômeno que fez a Anvisa agir de forma mais enérgica. A Agência ficou preocupada com o surto da superbactéria KPC (*Klebsiella Produtora de Carbapenemase*), que é resistente a praticamente todos os antibióticos existentes e causou dezenas de mortes em vários estados do País. Dentre outras razões, isso acontece porque o corpo humano é habitado por milhares de bactérias, que nem sempre fazem mal à saúde. Como em uma seleção natural, o uso indevido de antibióticos acaba provocando o fortalecimento e a mutação de alguns desses micróbios, que, com o tempo, se tornam imunes aos remédios.

Segundo o Prof. Jorge Luiz, atualmente há casos de infecções hospitalares que só conseguem ser tratadas com um ou dois antibióticos, e tóxicos. O especialista ressaltou ainda que, nos Estados Unidos e em países da Europa, cerca de 30% das bactérias pneumococo (causadoras da meningite e pneumonia, por exemplo) adquiriram resistência e só podem ser controladas com medicamentos de ponta.

Faca de dois gumes

A situação acendeu o sinal de alerta da comunidade médica. “Pode chegar o dia do ‘xeque-mate’, quando não teremos mais opção terapêutica para combater certas doenças, tamanha a resistência das bactérias. A mortalidade, por consequência, irá aumentar”, prevê o professor. Sem contar que, aperfeiçoadas, as drogas também tornam-se mais caras no mercado, o que representa maior custo ao poder público. “Achamos excelente a iniciativa da Anvisa e defendemos que ela seja estendida a outros tipos de medicamento, como os antifúngicos”, opinou Jorge Luiz.

A professora Miriam Parente, do Grupo de Prevenção ao Uso Indevido de Medicamentos (GPUIM) da UFC, não hesitou em concordar com o colega. Porém, ela atentou para um outro lado da moeda, justamente aquele que mais tem sido motivo de reclamação dos pacientes: a fragilidade do sistema público de saúde e a dificuldade de se conseguir atendimento médico rápido para obter as receitas.

Como, agora, a venda de antibióticos só é feita mediante prescrição, o indivíduo se vê obrigado a procurar um posto de saúde ou hospital, até mesmo em caso de infecções mais simples, como as de garganta ou as de pele. Acontece que, até ele ser atendido, terá de enfrentar uma longa fila de espera ou mesmo aguardar dias até a marcação da consulta, quando a situação não é de emergência. “Alguns lugares parecem até uma praça de guerra. A Anvisa está tentando resolver um grande problema, mas o sistema, que é estrangulado, não estava preparado para receber a demanda”, reconheceu Miriam.



Profª Miriam Parente: dificuldade de se conseguir atendimento médico rápido no sistema público de saúde causa barreiras à medida da Anvisa

Questionada se a Agência agiu da forma correta, visto que não há estrutura necessária para atender com eficiência às necessidades impostas pelo controle de receituário, a especialista titubeou. “Não me pergunte isso (risos). O ideal seriam ações sincronizadas entre o Órgão e a rede pública de saúde, não é?”.

Terreno fértil

É por não ter pronto-atendimento e não poder mais comprar com facilidade as gotinhas e comprimidos de costume que o paciente-consumidor fica ainda mais irritado. Principalmente porque, com as novas regras, ele precisa se readaptar e desconstruir uma série de valores culturais

que, ao longo do tempo, ampliaram a prática da automedicação.

Para se ter ideia da dimensão do problema, basta notar que, hoje, há mais pessoas no mundo viciadas em remédios do que em drogas como heroína, cocaína e ecstasy. É o que aponta um relatório divulgado este ano pela Junta Internacional de Fiscalização a Entorpecentes (Jife), da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento mostra que, na Alemanha, cerca de 1,5 milhão de pessoas são consideradas dependentes. Em vários países como França, Itália e Polônia, a porcentagem de estudantes que revela usar sedativos ou tranquilizantes fica entre 10% e 18%.

O Brasil tem um enorme potencial para o uso de medicamentos. De acordo com a professora Miriam, esta-

mos entre os dez maiores mercados de fármacos do mundo. Também pudera. Segundo dados do Conselho Federal de Farmácia, havia 72,5 mil drogarias no País, em 2008. A expectativa é de que haja mais remédios à venda do que pão, por mais incrível que isso possa parecer. Conforme contabilizou o Sindicato da Indústria de Panificação, havia 63,2 mil padarias no Brasil, no mesmo ano.

O terreno, portanto, é bastante fértil. A farmacêutica Ana Paula Leitão, que trabalha na Farmácia Escola da UFC (Campus do Porangabuçu), contou que são comuns os casos de pessoas que chegam para comprar apenas um medicamento receitado pelo médico, mas acabam saindo com a sacola cheia de outros produtos. “Tem gente que vai para casa com uns 40 anti-inflamatórios.

A gente orienta, pergunta para que tudo aquilo, mas eles sempre arrumam uma desculpa. Dizem que é para o vizinho, para o primo, para a mãe. É nada! Pela conversa, dá para ver que tem pessoas que deixam de comer para comprar remédio”, testemunhou.

O cantor cearense Marcelo Ferrári é um exemplo de consumidor compulsivo. O objeto de desejo? Emagrecedores. Muitos. São nada menos que 14 comprimidos por dia, entre inibidores de apetite, controladores de ansiedade e suplementos que prometem dar mais energia e, ao mesmo tempo, queimar gordura. “Sou consciente de que sou viciado, mas não vou parar de tomar. Não tenho medo dos riscos, tenho

Apesar da consciência do vício, o cantor Marcelo Ferrári não se importa em consumir 14 comprimidos por dia

medo é de ficar gordo (risos). Só sabe quem passa”, brincou.

A obsessão de Marcelo pelo emagrecimento começou há sete anos, quando chegou a pesar 120 quilos. Ele começou a tentar perder peso com produtos naturais, mas, segundo ele, o método passou a pesar no bolso. Foi quando ele partiu para as pílulas à base de anfetamina e sibutramina, substâncias que agem no sistema nervoso central, provocam uma série de reações adversas e, por isso, estão na mira da Anvisa, ameaçadas de saírem de circulação.

Marcelo contou que, logo que começou a fazer uso das substâncias, sentiu na pele os efeitos colaterais. “Tive taquicardia, nervosismo, raiva, ataques de fúria, depressão. Você fica com raiva do mundo”, lembrou. Hoje, depois de tanto tempo de consumo, o organismo se habituou e os problemas foram amenizados. Apesar disso, ele ainda paga o preço da busca pelo corpo esbelto, hoje com cerca de 75 quilos. “Tenho taquicardia constante e insônia, porque um dos remédios que eu tomo contém cafeína”, explicou, sem o menor sinal

de preocupação.

As receitas para tantas drogas ele consegue clandestinamente, situação que já é conhecida pela Anvisa, mas que ainda está fora de seu controle. A Agência está em processo de discussão com a indústria farmacêutica e outros setores da área para encontrar a melhor forma de, pelo menos, controlar a venda. No Brasil, o consumo de anfetaminas passou de 2,57 doses diárias por mil habitantes, de 1997 a 1999, para 9,1 doses diárias por mil habitantes, no biênio 2002-2004. O uso contínuo de emagrecedores pode ser fatal. Há relatos de surtos psicóticos e crises cardiovasculares, principalmente em quem já tem predisposição a esses problemas.

A origem

Mudar o quadro de consumo desenfreado não apenas de emagrecedores, mas de todos os outros tipos de remédio, requer mais que ações enérgicas dos órgãos fiscalizadores. É preciso também um trabalho educati-

vo e de fiscalização intersetorial mais intensivo. Isso porque um dos fatores apontados como origem do uso indiscriminado é a publicidade. “A propaganda de remédio na televisão e na Internet é avassaladora, muitas vezes estimulando a automedicação”, constatou a professora Miriam.

Afinal, quem não se lembra daquele comprimido que promete fazer a dor sumir em poucos minutos, quando se tem algum problema? E quem não fica tentado a apelar para alguma das opções de emagrecimento rápido que as empresas oferecem na televisão e, agora, mais incisivamente, na web?

Fora a propaganda, há, ainda, a atitude adotada do lado de lá da maioria dos balcões de drogarias. Ao contrário do que ocorre na Farmácia Escola, que não possui fins lucrativos, a maioria dos estabelecimentos faz de tudo para que o cliente saia com o maior número de remédios possível. E dá-lhe vendedor empurrando uma pílula aqui, um xarope acolá. Isso quando não encarnam o especialista e passam a recomendar medicamentos por conta própria. “É a chamada ‘empurroterapia’. Mas eu nem condeno os colegas. Muitos ganham por comissão, são estimulados a fazer isso”, disse a farmacêutica Ana Paula.

Para saber mais sobre o uso indevido de medicamentos e evitar cair em ciladas, uma dica é procurar o GPUIM da UFC, no site www.gpuim.ufc.br ou, pessoalmente, na Faculdade de Farmácia (Campus de Porangabuçu) da Universidade. Com 18 anos de existência, o Grupo é um núcleo de ensino, pesquisa e extensão que, entre outras atividades, realiza atendimento ao público com esclarecimentos sobre o uso de medicamentos. Lá, também são produzi-

Segundo a farmacêutica Ana Paula Leitão, a chamada “empurroterapia” de remédios acontece com frequência em estabelecimentos da cidade

NÚMEROS

Concentração do consumo: 15% da população brasileira com renda mensal acima de dez salários mínimos é responsável pelo consumo de 48% do total de medicamentos. Enquanto isso, 51% da população com renda até quatro salários mínimos consomem apenas 16% dos remédios.

Consumo por sexo: as mulheres consomem mais remédios do que os homens, com ou sem prescrição. Em Fortaleza, elas utilizam 1,4 vezes mais que eles.

Em 2000, foram vendidas 71 mil caixas do remédio Ritalina, um estimulante do grupo das anfetaminas. Em apenas quatro anos, houve incremento de 51% nas vendas dessa droga, utilizada no emagrecimento.

O consumo de medicamentos aumenta com a idade, tornando-se mais frequente a partir dos 56 anos.

Fonte: GPUIM

dos manuais informativos sobre, por exemplo, interação medicamentosa, uso de remédios durante a gravidez etc., que são distribuídos em unidades de saúde da Capital.

Outra opção é substituir os remédios tradicionais por substâncias naturais. A Farmácia Viva distribui gratuitamente plantas medicinais à comunidade, através de 55 unidades espalhadas pelo Ceará. O projeto, criado há 25 anos, serviu de base para a elaboração da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Medicamentos Fitoterápicos, cuja portaria foi aprovada recentemente pelo Governo Federal. Através da Farmácia Viva, os usuários recebem orientações sobre formas de preparo de chás, xaropes e pomadas caseiras que previnem e combatem doenças como gripe, febre, dores estomacais, inflamações de pele e ginecológicas. 



TO DOS CONTRA O CRACK

A mistura é cruel: pasta-base de coca ou cocaína refinada, bicarbonato de sódio e água. Mas a força-tarefa no combate à droga vem ganhando reforços. A UFC, em parceria com a Escola de Saúde Pública do Estado, prepara-se para ser um dos 49 Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas, a serem criados pelo Governo Federal

por Raquel Chaves

O crack só atinge a população de baixa renda? Mito. O crack é um problema apenas dos grandes centros urbanos? Mito. O crack é pior que a maconha e a cocaína? Verdade. É possível se livrar do crack? Verdade. Diante dos mitos e verdades acerca da droga barata e avassaladora que há muito já virou praga no Brasil, a luta é cada vez mais incessante. Da sociedade civil organizada, da academia, dos governos em suas três esferas. Nos dias de hoje, difícil não ter alguém próximo ou não ter ouvido falar de alguém que já experimentou, virou dependente ou chegou até a ter ceifada a vida por causa do vício.

Em meio à força-tarefa desenvolvida por vários ministérios, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Saúde (MS), lançou vários editais, em setembro de 2010, dentro do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Entre eles, um projeto para implantação de Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social. O trabalho deve ser voltado a usuários de crack e demais drogas, além de seus familiares. Dos 49 projetos aprovados, três são do Ceará. Um deles será desenvolvido pela Escola de Saúde Pública do Estado (ESP-CE), junto com a Universidade Federal do Ceará. Os outros dois, ligados à Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Em princípio, seriam dois projetos separados: um pela ESP-CE e outro pela UFC. No entanto, os esforços foram somados e a ESP propôs uma parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e com o Núcleo de Estudos sobre Drogas (Nucesd), do Departamento de Psicologia da UFC, coordenado pela Prof^a Fátima Sena. “Para nós, foi um grande ganho essa parceria”, disse a farmacêutica Isabel Cavalcanti, coordenadora de pós-graduação de Atenção à Saúde da ESP-CE, atualmente também assessora-adjunta da Superintendência da Escola.

O Nucesd está cadastrado, desde 2004, na Pró-Reitoria de Extensão da UFC. O programa foi criado para construir um espaço de aproximação, reconhecendo a complexidade do universo das substâncias psicoativas. O trabalho cria e sedimenta um espaço de referência para o estudo sobre o uso de drogas, dentro

de uma abordagem multidisciplinar. Entre algumas atividades realizadas pelo Nucesd, estão: o estímulo a grupos de estudos e pesquisas sobre o uso de drogas e temas afins; as parcerias com outros profissionais e a promoção de debates sobre políticas públicas na área de drogas.

Isabel explicou que o projeto apresentado ao governo foi direcionado aos serviços de saúde: “a ideia é trabalharmos na macrorregião de Fortaleza, composta por 110 municípios”. De acordo com ela, os R\$ 300 mil a serem disponibilizados pelo MS serão direcionados a atividades voltadas para equipes do Programa Saúde da Família (PSF), agentes comunitários de saúde e agentes sociais.

O montante a ser gasto em cada um dos 49 Centros de Referência a serem criados tem destino certo e o programa de cursos é vasto. O Curso de Aperfeiçoamento em Crack e outras Drogas para médicos atuantes no PSF e no Núcleo de Assistência à

Saúde da Família (Nasf), por exemplo, deverá ter uma carga horária total de 160 horas, entre atividades presenciais, a distância e descentralizadas. Nesse curso, serão discutidos temas como Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; dependência, uso abusivo, intoxicação e abstinência de drogas; condutas gerais e tratamento medicamentoso de intoxicação, uso abusivo e abstinência ao álcool e outras drogas; redução de danos e abordagens psicossociais em crack e outras drogas. Também estão previstos na ementa vários cursos de atualização e seminários.

Dilma: 15 mil profissionais serão capacitados

Os representantes do Ceará estiveram presentes no lançamento do Projeto, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de fevereiro deste ano. Quatro dias depois, a Presidenta Dilma Rousseff aprofundou o assunto em programa semanal de rádio “Café com a Presidenta”, do Portal Brasil. Dilma anunciou a criação dos 49 Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas e disse que eles vão capacitar cerca de 15 mil profissionais de saúde nos próximos 12 meses.

“Eles vão conhecer as técnicas de tratamento e também as possibilidades de trazer essas pessoas de volta ao convívio social, ao trabalho e aos estudos”, afirmou a Presidenta. Ela lembrou que o objetivo dos 49 centros é oferecer atendimento e acompanhamento aos dependentes químicos e aos familiares. Ainda durante o programa semanal, Dilma explicou que os profissionais a serem capacitados por esses centros – incluindo os três do Ceará – irão conhecer técnicas de tratamento e pesquisar sobre a doença. “Isso para entendê-la e combatê-la melhor”, acrescentou.

Ela enfatizou ainda a importância do Plano de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, lançado, em 2010, pelo então presidente Lula e herdado por ela. “Estou aprofundando esse Plano e cercando o problema por todos os

lados. São três pontas interligadas: a primeira é a prevenção, feita na escola e nas famílias; a outra é o tratamento, que estende as mãos às vítimas do crack; e a terceira é o combate ao tráfico”, destacou Dilma Rousseff.

Na batalha para prevenir o acesso dos jovens ao crack e evitar o caminho sem volta, os poderes Executivo e Legislativo já acenderam o sinal de alerta. Além do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, demais ações estão sendo postas em prática, ou têm urgência para isso. A Câmara dos Deputados está em processo de criação de uma Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack. O Governo Federal, através do MS, baixou portaria em setembro de 2010, instituindo o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas – 24 horas – Caps AD III, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No mesmo período, baixou a Portaria nº 2.843, criando os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Modalidade 3 – NASF 3), com prioridade para a atenção integral para usuários de crack, álcool e outras drogas.

Na concepção de Isabel Cavalcanti, que é uma das proponentes do projeto aprovado para a criação de um desses Centros no Ceará, “isso ainda é muito pouco para o que se tem a fazer”. De todo modo, ela disse ver as iniciativas do Governo Federal como bastante positivas. “O governo está apenas começando. Vão ser estabelecidas várias estratégias ainda. É muito pouco para a dimensão do problema, mas é um problema. E quem está assumindo isso é a própria Presidenta do Brasil”, afirmou Isabel à UP.

Ana Nery Feitosa, coordenadora do Caps AD/UFC/SER III: resultados do tratamento do dependente químico são mais favoráveis quando a família do usuário de drogas também é tratada

Trabalho deve ser expandido

A Uece, que teve dois projetos aprovados, já faz um trabalho pontual e eficaz com crianças dependentes de crack no bairro Bom Jardim e no município de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza. Na UFC, através da parceria com a ESP-CE, o trabalho deve ser expandido. “A ideia é não fazer uma ação isolada”, explicou a coordenadora de pós-graduação de Atenção à Saúde da ESP, Isabel Cavalcanti. A Assembleia Legislativa do Ceará, por exemplo, mantém uma comissão para identificar onde estão os usuários de crack no Estado e tentar identificar alguns indicadores nos municípios. “O crack já explodiu em todas as camadas sociais e precisamos ter dados mais concretos para não permanecer na base do achismo”, defendeu.

Em princípio, as capacitações vão ocorrer nas próprias dependências da Escola de Saúde Pública do Ceará. Quando for definido o conjunto de municípios em que o futuro Centro de Referência vai trabalhar, serão pensadas algumas atividades descentralizadas. “Temos que facilitar a vida de nossos alunos. Por exemplo, dos agentes comunitários de saúde, que são sujeitos ativos desse processo”, explicou Isabel.

Com relação ao Centro de Referência, o Nuced/UFC deverá facilitar a articulação da ESP-CE com os docentes da Universidade que realizam projetos e pesquisas na área de álcool e outras drogas para realização dos cursos. Segundo o projeto apresentado e aprovado pelo Ministério da Saúde, a UFC também ficará encarregada da organização dos seminários regionais previstos, bem como a realização das atividades em geral.

A Pró-Reitoria de Extensão da UFC comemorou a parceria com a ESP-CE e a aprovação do projeto junto ao Governo Federal. No entanto, em se tratando de pesquisas relacionadas às drogas, a atuação da Universidade se amplia. “Temos pelo menos seis projetos de extensão cadastrados este ano relacionados ao assunto”, disse o Pró-Reitor de Extensão da UFC, Prof. Antônio Salvador da Rocha.

De acordo com Salvador, a preocupação com o tema não é nova e vem articulando esforços, inclusive, sob recomendação da própria Reitoria. Ele recordou que, em junho de 2010, o Reitor Jesualdo Farias o convocou para uma reunião em que foram apresentados alguns dados sobre a utilização de drogas dentro e fora do ambiente universitário. “Essa é uma questão delicada e temos de capacitar as unidades acadêmicas para orientar

e informar funcionários, estudantes e professores”, defendeu Antônio Salvador. Ainda segundo ele, o Reitor recomendou que os projetos de extensão dessem uma atenção especial ao assunto.

Caps AD, uma rede de apoio terapêutico

Em parceria com a Prefeitura de Fortaleza, a UFC é responsável na Capital pela gestão dos Centros de Assistência Psicossocial (Caps), incluindo um Caps AD (especializado em atendimento de dependentes de álcool e/ou outras drogas). “Para nós da UFC, a ideia é que o Caps funcione como um Caps-escola, porque a psiquiatria no Brasil e no mundo sofreu uma transformação. Não é mais ‘hospitalocêntrica’. É uma rede de apoio terapêutico, com uma série de propostas diferenciadas”, defende o Prof. Antônio Mourão Cavalcante, que também chefia o Serviço de Psiquiatria do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC).

Entre outras ações da UFC ligadas ao tema, um projeto recente é visto com otimismo pelo Prof. Mourão. É o Programa de Qualificação para Estudantes/Saúde Mental Drogas. Segundo o professor, ele tem como foco de atuação o Caps AD e é voltado para estudantes de Medicina e Psicologia. Ele explicou que o Programa é uma parceria dos ministérios da Educação e da Saúde e que funcionará basicamente no Caps da UFC, vinculado também à Secretaria Executiva Regional III, no bairro Rodolfo Teófilo.

A dependência do crack, especificamente, é um problema nitidamente mais perceptível entre a população mais jovem. “Hoje, com certeza, em torno de 70% a 80% dos jovens que buscam o Caps é por questão do crack”, disse Mourão, que também é autor do livro “Drogas, esse barato sai caro”, já em sua 6ª edição (Ed. Rosa dos Tempos, 128 páginas). Ainda de acordo com ele, a faixa etária mais comum de procura no Caps AD é entre 18 e 35 anos. “Mais incidente ainda é entre os



FOTO: Arquivo pessoal

Segundo a assistente social Talita de Lemos Leão, a dependência química também impõe comorbidades que não são relacionadas, a princípio, pelo uso de drogas

identificadas pelos usuários como relacionadas ao uso da droga”, avaliou a assistente social. Ela referia-se a outros transtornos mentais que podem estar – mas não necessariamente – associados à dependência química. São exemplos os transtornos psicóticos, o transtorno de pânico e a depressão, “mesmo fora do período de abstinência da droga”, salientou.

Nem sempre os usuários de álcool e outras drogas, incluindo o crack, identificam-se como dependentes. Ou, mesmo que se identifiquem, oferecem resistência e não acreditam que o vício já se instalou ou já acarretou doenças associadas. Tanto que procuram apoio no Caps Geral, ao invés do Caps AD. Em um de seus recentes atendimentos no Caps Geral de Camocim, Talita de Lemos recebeu um paciente de 19 anos que procurou ajuda, espontaneamente, acompanhado da mãe. “Ele chegou aqui com sintomas de depressão e buscando apoio por causa disso”. De acordo com ela, o jovem admitiu o uso de bebidas alcoólicas e a utilização de cocaína. De forma alguma, ele aceitava relacionar à doença à utilização frequente, mesmo que intercalada por períodos “limpos”, da droga. Muito menos consentia ser tratado num Caps AD.

“Ele dizia que estava sem fazer uso há muito tempo. Mas, considerando o estado da abstinência, as duas semanas que ele diz ter passado ‘limpo’ são um tempo muito curto para não relacionar a depressão à utilização da droga”, disse a assistente social. Durante essa consulta com o paciente, Talita já aplicou alguns testes sugeridos pelo curso Supera!, do qual participou em 2009. “Foi difícil, porque ele (paciente) não achava que precisava se tratar contra drogas”, explicou, acrescentando que, com a aplicação dos testes, ele mesmo pôde perceber em que nível

20 e os 27 anos, na maioria homens”, enfatizou, acrescentando que, em menor grau, algumas mulheres também procuram os serviços para tentar se livrar do crack.

Formação a distância: outra alternativa

Entre as diversas ações do Governo Federal na tentativa de capacitar profissionais de saúde e interiorizar essas ações ao longo de todo o território nacional, está o curso Supera!, que abriu inscrições para sua quarta edição (www.supera.senad.gov.br/senad). A sigla positiva resume uma ementa de trabalho bem mais ampla – Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: Encaminhamento, Intervenção Breve, Reinscrição Social e Acompanhamento. Através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), o Supera! é executado em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) na modalidade de Educação a Distância (EaD). As edições anteriores já contaram com a participação de 15 mil profissionais da Rede Básica de Saúde e das Unidades de Referência para tratamento de usuários de álcool e outras drogas em todo o País.

Em 2009, a assistente social cearense Talita de Lemos Leão, então coordenadora do Caps Geral do município de Camocim (a 307 quilômetros de Fortaleza), foi uma dessas profissionais. Mesmo sem atuação direta no Caps AD, Talita diz ter sentido a necessidade de participar da formação realizada pela Senad. “A dependência química carrega com ela comorbidades que, muitas vezes, não são





I.M.F. e E.B. desenvolvem trabalhos manuais no Caps AD para recuperar a auto-estima e enfrentar os danos causados pelo crack

do vício já se encontrava. “E no caso dele, esse nível estava bem alto”, disse.

A atual edição do Supera! oferece 5 mil vagas para capacitação dos profissionais de saúde e da assistência social. A ideia é também familiarizar os participantes com diferentes modelos de prevenção. O trabalho é feito sempre em consonância com as orientações e diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) e da Política Nacional sobre o Alcool (PNA).

Um dia de cada vez

“Paz e sorte”, como anunciava o círculo estampado na camiseta de I. M. F. no dia em que foi entrevistada por UP, é o que ela vem tendo há dois anos e três meses, com o auxílio da Caps AD (UFC/SER III). “Estou limpa”, avisava em sorriso. Aos 47 anos, a ex-usuária “de tudo um pouco” começou com o álcool, por volta dos 12 anos de idade. “Essa é uma porta de entrada porque é uma droga lícita”, alertou. Em seguida, vieram a maconha, o artane (anticolinérgico conhecido também como “aranha”, cujo uso terapêutico é indicado para tratar o Mal de Parkinson; além de poder ser sintetizado em laboratório, em doses elevadas é capaz de alterar as funções psíquicas). “Ave, Maria! O que viesse depois disso, vinha. Graças a Deus, conheci o crack só aos 31 (anos)”.

As graças de I.M.F. direcionadas a Deus procedem. Nos mais de 15 anos em que viveu como viciada em vários tipos de droga, ainda não tinha percebido a vida desabar. “Foi com o crack que eu vi

que o negócio era feio. Perdi até o amor pela família”, disse I.M.F., que foi mãe aos 17 anos. Sem conhecer bem a então nova droga, aos 31 anos foi levada por uma colega a uma boca de fumo em Fortaleza em busca de artane. “Como tava faltando, ofereceram crack pra gente. A gente até estragou, porque não sabia usar direito. A partir daí, comecei a usar o crack e abandonei as outras drogas”. Daquele dia até pouco mais de dois anos atrás, I.M.F. disse ter perdido praticamente tudo o que tinha, incluindo o amor da família. “Você não vê mais nada. Qualquer ‘real’ que você pega, é só para usar. Você fica cego por qualquer coisa”, explicou.

Tateando apressadamente a mesa durante a conversa com UP, I.M.F. tentava mostrar a falta de controle que tinha durante o período de utilização do crack: “Decidi procurar tratamento porque meu dinheiro só acabava. Eu ficava roubando dinheiro da minha mãe, da minha filha. Eu não trabalhava. Torrava o dinheiro delas ‘todim’ e pedia mais e mais”. Com a consciência de que já vivia “nervosa e afobada”, com depressão e choro constantes, I.M.F. decidiu procurar tratamento, alegando a si mesma que isso “não era vida” para ela.

Para se manter “limpa”, mesmo depois de tanto tempo sem utilizar a droga, I.M.F. mantém uma rotina constante no Caps AD: “Venho terça-feira, quarta, quinta e sexta”. Há dias em que tem cursos de Informática; em outros, dinâmicas com música. Mas é às sextas-feiras que ela se mantém mais firme. “É o dia do Grupo de Prevenção de Recaída”, nomeou a ex-usuária, “feliz da vida”.

No mesmo local, também vem se-

guindo resoluto, “a muito custo”, E. B. O homem de 40 anos, assim como I.M.F., também se iniciou nas drogas aos 12. Durante 25 anos, se viu afundado num mundo em que não conseguia discernir o certo do errado, o real do imaginário. E.B. disse se vigiar 24 horas por dia. “Considero uma doença que não tem cura”, alertou. Foram três anos, cinco meses e um dia – contados religiosamente até a data da entrevista à UP. “Acho importante contar. É significativo contar os dias, porque significa o tempo que estou vivo. Antes, eu vegetava”.

E.B. mantém-se firme, às custas de muita força de vontade e do apoio dos profissionais do Caps AD. Após três anos sem utilizar crack nem outro tipo de droga, a iminente recaída. “Eu quase bebo (álcool), mas conversei comigo mesmo, porque minhas recaídas no crack foram todas quando eu ingeri álcool. Mas não quero mais essa vida pra mim”, diz, em coro não combinado com sua colega I. M.F. Atualmente, coisas simples são as que alargam o sorriso do homem que só foi se tratar por ordem judicial. “Minha mãe fazendo o crochezinho na sala é a felicidade pra mim. É a coisa mais linda do mundo. Agradeço todo o dia a Deus pela família que tenho. Ela tem sido essencial na minha recuperação”, fez questão de repetir. Uma, duas, três vezes.

A mãe de E. B., que já viu o filho vender, por mais de uma vez, todos os objetos da casa, tem o papel de outros tantos pais e mães que enfrentam o mesmo problema. E eles também estão entre os que mais precisam de apoio. “A família é a que sente primeiro, porque é ela quem começa a perceber (que o filho está usando drogas) e a ser atingida com as mudanças de comportamento dele”, explicou a coordenadora do Caps AD/UFC/SER III, a terapeuta ocupacional Ana Nery Feitosa. “Primeiro, a família é quem sente. Depois, a sociedade”.

A Terapia Familiar Sistêmica é trabalhada no local, já que a família se torna co-dependente, segundo Ana Nery. “Ela (família) também precisa ser tratada. Ela tem que dar suporte ao filho, mas, para isso, tem de ser trabalhada”, disse, acrescentando que os resultados do tratamento do adicto são sempre mais favoráveis quando a família também é tratada. ☺

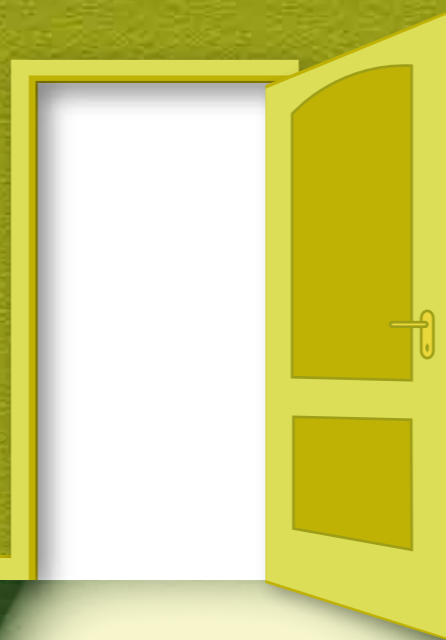


Acreditamos que a **educação** é o caminho mais seguro para a promoção do **crescimento social**.

É por isso que as nossas atividades estão sempre em sintonia com as ações da maior e melhor instituição de ensino superior do Ceará, a UFC. Participe dos nossos programas de qualificação, profissionalização e especialização.

A INCLUSÃO JÁ COMEÇOU

Em março, foi instalada oficialmente a Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, que coordena e executa políticas de acessibilidade. Através de uma articulação com outros setores da Instituição, busca-se incluir e garantir a permanência de cegos, surdos e cadeirantes na Universidade



É com a voz embargada que Nadja Pinho, ex-aluna do curso de Letras - Alemão da Universidade Federal do Ceará, lembra o acidente de carro que, na década de 1980, a deixou tetraplégica. Então estudante de Arquitetura e Urbanismo da UFC, foi “convidada” por um professor de Estatística a deixar o curso, sob a justificativa de que ela não seria mais capaz de exercer a profissão. Nadja teve de trocar de graduação, mas os obstáculos persistiram. O pai chegou a comprar cimento para, por conta própria, construir uma rampa no prédio onde a jovem estudava, no Centro de Humanidades.

No último dia 24 de março, a UFC inaugurou oficialmente este que é o primeiro setor da Instituição criado exclusivamente para tentar evitar que situações como a relatada por Nadja voltem a acontecer. Trata-se da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, que coordena e executa políticas institucionais na área. “Embora eu não esteja mais na Universidade, é emocionante ver que as coisas estão mudando”, comemorou Nadja, na solenidade de instalação que reuniu estudantes, professores e servido-

res cegos, surdos e cadeirantes, bem como autoridades e representantes de entidades ligadas ao tema.

Foi durante o evento que o vice-reitor da UFC, Henry Campos, anunciou a liberação, pelo Ministério da Educação, de mais duas vagas de professor efetivo para o curso de graduação em Letras-Libras (Língua Brasileira de Sinais), cuja maior parte do corpo docente é formada por surdos. Ele também revelou que a Administração Superior oficializou junto ao MEC o pedido do primeiro cargo efetivo para intérprete de Libras da Instituição. Embora seja de extrema importância para o acompanhamento dos surdos, a função é exercida atualmente por profissionais terceirizados.

A ocasião do lançamento da Secretaria tinha como objetivo apresentar as atribuições e projetos do novo setor – que funciona no térreo do prédio da Biblioteca do Centro de Humanidades –, mas acabou sendo tomada por depoimentos emocionantes de pessoas que, apesar das difi-

culdades, mostram que as limitações na mobilidade não são páreas para a vontade de ultrapassar barreiras.

Ex-aluna da UFC, a jovem Naíla Oliveira, que é cega, fez o Vestibular em braile (sistema tátil de leitura) e, com ajuda dos amigos – que se dispuseram a ler e gravar os textos passados em sala de aula, para que ela pudesse escutar depois –, conseguiu concluir o curso de Pedagogia. “Apesar de, naquela época, nada ser acessível, eu nunca me acomodei. Sempre procurei participar do movimento estudantil, centro acadêmico, grupos de pesquisa”, conta, orgulhosa. “Tudo era mais difícil. Não se falava sobre inclusão. Não se tinha essas discussões que estamos fazendo hoje, aqui”, lembra.

Ao lado de discursos otimistas e de reconhecimento, também houve, durante a solenidade de instalação do setor, puxões de orelha que servirão de alerta para a Secretaria. O estudante do último semestre de Quí-

mica Pablo Busatto, cadeirante e com limitação no movimento dos membros superiores, lamenta até hoje não ter acesso à coordenação do curso, localizada no segundo andar de um prédio sem elevador, no Campus do Pici. “E não é só isso. Tem algumas coisas de convivência, de consciência das pessoas. Também tive professor que me ‘convidou’ a trancar o curso. Mas eu tô na luta! Se a gente quer, a gente pode”, afirma.

Ações em andamento

Em Fortaleza, estima-se que haja cerca de 290 mil pessoas com algum tipo de deficiência. A tentativa de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a situação desse público – suas necessidades e potenciais – e mudar comportamentos, não apenas dentro da Universidade, são dois dos principais desafios da Secretaria de Acessibilidade.

“No caminho do departamento de Psicologia até a solenidade, vi um carro estacionado em frente a uma rampa de acesso a cadeirantes. Cheguei para a dona do veículo e chamei sua atenção. Ela disse que eu cuidasse da minha vida. E é porque se trata de uma pessoa de dentro da Universidade, supostamente esclarecida”, exemplificou a professora

aposentada Regina Esteves, que ministra, voluntariamente, a disciplina de Psicologia Aplicada a Pessoas com Necessidades Especiais na UFC.

Para tentar diminuir o número de casos como esse, relatado por Regina, a Secretaria planeja uma campanha de divulgação e sensibilização sobre o tema, que deverá incluir distribuição de material informativo, veiculação de propaganda e matérias jornalísticas nas mídias da Universidade e intervenções em locais de grande circulação de estudantes e servidores.

Ainda com a proposta de difundir o tema e torná-lo mais conhecido da comunidade acadêmica, a Secretaria promove o III Ciclo de Debates UFC Inlui. Até novembro, uma série de encontros discutirá temas como acessibilidade na Internet, tecnologias assistivas, ações pedagógicas para pessoas com deficiência, dentre outros. Para dar suporte à elaboração de novas políticas de inclusão, a Secretaria também realiza um cadastro de pessoas com deficiência e redução na mobilidade, já que, até hoje, a UFC não tem dados precisos sobre esse público. Outra iniciativa em andamento é a preparação de “ledores” e digitalizadores voluntários de textos acadêmicos, que facilitarão o acesso de pessoas cegas a textos acadêmicos e literários discutidos em sala de aula.

Acessibilidade física

Um dia após o lançamento oficial, no último dia 24 de março, a Secretaria promoveu reunião com a Coordenadoria de Obras e Projetos (COP) da UFC, quando foram definidas tarefas conjuntas entre os dois setores. Segundo a professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e uma das integrantes da comissão que forma a Secretaria, Zilsa Santiago, estudantes monitores da Secretaria irão realizar uma espécie de “revisão” nos projetos arquitetônicos em andamento, para verificar se as novas obras atendem às normas referentes à acessibilidade física, como previsão de rampas e corrimãos, banheiros e salas de aula adaptadas, vagas especiais em estacionamentos etc.

A parceria entre COP e Secretaria também prevê a elaboração de propostas de adaptação física em parte do Campus do Benfica, onde há mais pessoas com deficiência. A ideia é percorrer as unidades acadêmicas para identificar as principais lacunas e formular soluções, com execução em curto prazo. Conforme lembrou Zilsa, a COP também se prepara para instalar 40 elevadores e plataformas de elevação para pessoas que se locomovem com ajuda de cadeiras de rodas e muletas. 🦿



Em auditório lotado, a titular da Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui, Profª Vanda Leitão, apresentou as ações que nortearão o papel do órgão dentro da Universidade

SERVIÇO

A Secretaria de Acessibilidade UFC Inlui funciona no térreo do prédio da Biblioteca do Centro de Humanidades (Área 1), Campus do Benfica. Telefone: (85) 3366.7660. E-mail: ufcinlui@ufc.br.

Por mais atenção à saúde

Diante da crise por que passam, há décadas, os hospitais universitários, Governo Federal sugere medidas que podem levar ao fim parte dos problemas financeiros enfrentados pelas universidades federais. Setores médicos e acadêmicos têm divergido quanto à forma de implantação das iniciativas propostas

por Raquel Chaves

Entre os bônus herdados dos oito anos de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o maior programa de fortalecimento das universidades públicas e de cursos técnicos da história do País. Não o bastante, no entanto, para livrar os 46 Hospitais Universitários (HUs) brasileiros de uma crise crônica que se arrasta ao longo do tempo. Nos últimos anos, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e outros setores ligados direta ou indiretamente ao tema têm buscado uma

maior aproximação com o Governo Federal, na tentativa de resolver ou mesmo atenuar essas deficiências.

Apesar dos problemas atravessados pelos HUs em todo o País, o Reitor da Universidade Federal do Ceará, Prof. Jesualdo Farias, mostra-se otimista devido ao decreto de 27 de janeiro deste ano, que criou o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (Rehuf). Através da medida, cerca de R\$ 8 milhões devem ser captados para o Complexo Hospitalar da UFC – que engloba o Hospital Universitário

Walter Cantídio (HUWC), também conhecido como Hospital das Clínicas, e a Maternidade-Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

A expectativa do Reitor da UFC é que, até 2012, tenham sido encaminhadas todas as obras previstas no programa nacional – como a implantação de mais quatro Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), cada uma delas com nove leitos. Em entrevista coletiva realizada no último dia 21 de março, Jesualdo Farias anunciou a reabertura de 40 leitos – seis deles de UTI – no HUWC. No início do



Em entrevista coletiva no dia 21 de março, o Reitor Jesualdo Farias (à direita) afirmou não enxergar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. como imposição: “nenhuma universidade será obrigada a contratar os serviços desta empresa”

ano, devido à crise financeira por que passa o Complexo Hospitalar da Instituição, o hospital havia reduzido em 30% o número de leitos funcionando. Só este ano, o Reitor Jesualdo Farias já esteve, pelo menos até a primeira quinzena de março, oito vezes na capital federal, “todas elas para tratar dos Hospitais Universitários”.

Diante de um cenário nacional que inclui um déficit em torno de meio bilhão de reais (sem contar com as dívidas trabalhistas e despesas com pessoal, que podem chegar ao mesmo valor), foi editada, no último dia do Governo Lula, a Medida Provisória nº 520. “Há uma grande discussão em torno disso, mas essa MP surgiu exatamente quando se tinha de resolver o problema de pessoal”, esclarece Jesualdo Farias, referindo-se às controvérsias que a MP nº 520 vem provocando, mesmo antes de ser votada.

A MP tramita no Congresso Nacional em caráter de urgência, mas pode estar longe de ter um desfecho. Isto porque ela autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de

Serviços Hospitalares S.A. (EBSERH) para administrar os Hospitais Universitários (HUs).

Desde que foi publicada no Diário Oficial da União, em 1º de janeiro deste ano, no entanto, a MP nº 520 já conta com 54 possibilidades de emendas sugeridas por parlamentares. Boa parte delas já foi admitida pela relatoria da Medida Provisória.

A MP foi criada em função de um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) solicitando ao governo a regularização de todos os 26 mil funcionários terceirizados que prestam serviços aos hospitais universitários. Entre eles, 760 servidores da UFC, empregados da Sociedade de Assistência à Maternidade Escola Assis Chateaubriand (Sameac). O que alguns setores da sociedade – como parte da comunidade médica – discordam é da solução encontrada pelo Governo Federal para solucionar o problema. “O TCU disse que tinha que legalizar os terceirizados. O que o governo fez foi legalizar a irregularidade”, critica o presidente do Sindicato dos Médicos do Ceará (Simec),

José Maria Pontes.

A opinião é compartilhada pela presidente do Centro Acadêmico XII de Maio, da Faculdade de Medicina da UFC, Camila Moura. “A gente entende que isso é uma legalização da terceirização”, argumenta a estudante do 6º semestre. Para ela, “em vez de solucionar o problema, o governo piorou”.

A posição oficial da Reitoria da UFC é de que a MP nº 520 poderá ajudar a solucionar os problemas do HUs, desde que seja respeitada a autonomia universitária, garanta recursos novos para a área e preserve o caráter acadêmico do Complexo Hospitalar da Instituição, como espaço de ensino, pesquisa e extensão. Caso essas exigências, que são resultado de um compromisso do Ex-Presidente Lula com os reitores das 32 universidades que gerem os 46 HUs brasileiros, não sejam atendidas, a MP não interessa à UFC.

“Todos eles (HUs) são dedicados ao ensino, pesquisa, extensão e assistência 100% pelo SUS (Sistema Único de Saúde)”, destacou o Reitor Jesualdo Farias, no último dia 21 de março. De acordo com ele, a UFC acumula um déficit mensal de R\$ 1,3 milhão: “Esse dinheiro sai do nosso custeio, o que, em tese, é uma obrigação do Tesouro Nacional”. Jesualdo demonstrou alívio com a possibilidade de regularização dos servidores terceirizados da UFC. “Nós deveríamos, pelo TCU, ter demitido 760 servidores no fim do ano passado”, disse. Ainda segundo o reitor, há mais de 20 anos os servidores vêm sendo contratados de forma precarizada.

Em 2010, o Complexo Hospitalar da UFC recebeu R\$ 4 milhões de recursos do Rehuf, R\$ 4,2 milhões de empréstimos bancários e R\$ 1,2 milhão do próprio orçamento da UFC. Com o montante, foram substituídos carros de anestesia e adquiridos três aparelhos de ultrassonografia,



Em passeata do Campus do Porangabuçu até a Reitoria, no dia 22 de março, estudantes de Medicina da UFC manifestaram-se contra a Medida Provisória nº 520

564 computadores, 55 aparelhos de refrigeração e alguns equipamentos radiológicos, como os de ressonância magnética e o angiógrafo digital, além de realizadas outras ações. Também foram feitas reformas na UTI e nas salas dos residentes, da Psiquiatria e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar do HUWC.

Interlocução entre governo e estados

Respalhada por suas interlocuções com o Governo Federal, através dos ministérios da Educação (MEC) e da Saúde (MS), além da relatoria que trata da MP nº 520, a Andifes mantém-se numa posição mais favorável em relação à Medida Provisória e às ações do governo em se tratando do fortalecimento das universidades federais – mais especificamente, dos HUs. Segundo o presidente da Comissão dos Hospitais Universitários da Andifes, Prof. Natalino Salgado, o debate sobre a situação dos HUs entrou na pauta da entidade há cerca de três anos.

“Temos tido uma interlocução mais positiva da Andifes com o MEC. Antes, não havia uma política do MEC

de fortalecimento dos HUs”, disse Salgado à UP. Também reitor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ele comparou o Rehuf ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “O Rehuf é o Reuni para os Hospitais Universitários. Temos de reconhecer que são várias ações que estão sendo implementadas pelo MEC no intuito de fortalecimento dos HUs”, acrescentou.

De acordo com Natalino Salgado, os HUs passaram a ter, nos últimos anos, aumento no seu aporte financeiro por meio dos repasses interministeriais para custeio, a fim de atenuar a situação de crise. “Penso que, a partir disso, tudo ficou mais transparente, já que essa matriz de distribuição de recursos passa pela Andifes”. Ainda segundo Natalino, o Rehuf também proporciona um levantamento completo de todos os hospitais, “com suas deficiências, quadro de pessoal, demandas por novas tecnologias etc”.

A respeito das críticas sobre possíveis novas terceirizações, Natalino Salgado apontou que o problema vem de décadas atrás e que elas (terceirizações) estão entre as principais causas da “grave situação” atravessa-

da pelos HUs. Isso porque é um processo que gera custos altos. “Alguns hospitais (universitários) fazem a terceirização dentro do Regime de CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), mas outros usam algumas formas de pagamentos como gratificações e outras irregularidades que acabam penalizando o trabalhador e precarizando o serviço”, avaliou, apontando um problema já existente e que não seria trazido pela EBSEH, como acreditam alguns setores. Segundo o Prof. Natalino Salgado, o TCU entende que é ilegal se usar recursos do SUS para pagamento de pessoal.

Muitos serviços prestados pelos HUs brasileiros estariam atendendo de forma precária porque não possuem o quantitativo de pessoal exigido pela legislação, segundo defendeu o Prof. Natalino Salgado. “Além disso, nós temos 1.500 leitos desativados, nos últimos três anos, por falta de pessoal e recursos financeiros”. Mesmo assim, a posição oficial da Andifes é a de que o Governo Federal vem fazendo esforço para oferecer os aportes financeiros aos HUs, “o que dá mais contrapartida, mas ainda assim não resolve; faz apenas os hospitais respirarem um pouco”.

Em uma das mais recentes ações para tentar aprimorar a interlocução da Andifes com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, foram encaminhadas algumas reivindicações da Instituição como contrapartida para aceitação da criação da EBSEH. Durante encontro em Brasília (DF), no último dia 23 de março, o presidente da Andifes, Prof. Edward Madureira Brasil, conversou com a Comissão e com o relator da MP nº 520, o deputado federal Danilo Forte (MPDB-CE).

Entre as principais argumentações dos setores e categorias que rechaçam a Medida Provisória nº 520 está a de que ela abre precedentes à

privatização do serviço público. O Simec e o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará (Sintufce) vêm se manifestando na mesma linha e repelem qualquer possível emenda que possa vir a ser acrescentada à MP 520. “Somos contra essa Medida como um todo e queremos a revogação dela”, salientou uma das coordenadoras da entidade, Lucineide Paiva, que também é funcionária do HUWC.

Já a posição da Reitoria e da Direção do Complexo Hospitalar da UFC, em acordo com as diretrizes que vêm sendo apontadas pela Andifes, caminha para ser mais flexível, já que muitas propostas de emendas ainda vêm sendo sugeridas e o estatuto que deve reger a futura empresa ainda nem foi montado. “Por inúmeras vezes, nós já solicitamos ao governo a realização de concurso no Regime Jurídico Único. Mas o governo entendeu que só a abertura de concurso não resolveria os problemas já existentes”, disse o presidente da Comissão dos Hospitais Universitários da Andifes, Natalino Salgado.

Para atender às necessidades de recursos humanos, essa contratação total pode chegar a 35 mil funcionários, de acordo com Salgado. “O governo optou em emitir uma MP, entendendo que ela seria, do ponto de vista jurídico, algo aceitável e constitucional e que seria uma empresa pública, criada no âmbito do MEC, para fazer a gestão dos HUs”, afirmou, contrariando alguns setores discordantes à MP nº 520 que temem futuras privatizações dos serviços de saúde.

O temor provocado por causa da decisão da Presidência da República no fim da gestão faz sentido, segundo a Reitoria da UFC e a Andifes, porque nem as universidades nem a própria Andifes foram consultadas oficialmente antes de a decisão ser tomada. “Não houve o debate. Isso

acabou levando à desconfiança por não se conhecer com profundidade o que o governo estava querendo e a desconfiança da autonomia da universidade acadêmica e administrativa”, explicou Natalino Salgado. Mas, atualmente, segundo ele, quase a totalidade dos reitores está encaminhando a possibilidade de concordar com a MP nº 520, “com uma série de ressalvas”, esclareceu. Entre as ressalvas apontadas para a aceitação completa da MP por parte da Andifes, estão: a existência de “dinheiro novo” para a empresa a ser criada; alterações na MP em que o Congresso possa encontrar um caminho para absorver, pelo menos em parte, o corpo técnico terceirizado hoje e “que já desenvolve um excelente trabalho na Universidade”, segundo Natalino; uma aproximação de modelo de empresa pública semelhante à experiência do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), que já funciona nesses moldes. “Essa experiência em Porto Alegre já está amplamente aprovada”, garante o presidente da Comissão dos Hospitais Universitários da Andifes.

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre já funciona no modelo preconizado pela MP nº 520. Ele é uma Empresa Pública de Direito Privado, criada pela Lei nº 5.604, de 2 de setembro de 1970, e integra a rede de hospitais universitários do Ministério da Educação, sendo vinculado academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Uma comissão formada por parlamentares, reitores e os ministros da Educação e da Saúde agendaram visita à instituição para o início de abril a fim de conhecer o modelo exitoso e aprofundar as discussões em torno da possível empresa a ser criada a partir da MP nº 520.

Para fazer parte do quadro de pessoal do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, é necessária a aprovação em processo seletivo público da institui-

ção. Lá, é mantido um cadastro de candidatos aprovados nessas seleções, dispostos de acordo com seus cargos e funções. Dessa maneira, segundo a direção local, no menor prazo possível, são concretizadas as contratações necessárias. Os contratos de trabalho são regidos pela CLT, com período de experiência de até 90 dias, no qual os novos funcionários são avaliados pelas respectivas chefias. Empresas como Petrobras, Banco do Brasil e Banco do Nordeste já seguem esse modelo de contratação de servidores. O relator da MP nº 520, deputado federal Danilo Forte, também participa da visita ao HCPA. Segundo ele, o Hospital é “reconhecido pela excelência na prestação de serviços”.

Em meio ao acalorado debate, o presidente do Simec, José Maria Pontes, defende que a atividade privada só pode participar do SUS para complementar, “o que não é o caso dessa MP”, sugeriu, referindo-se ao artigo 1º da MP nº 520, que aponta a EBSEH como tendo “personalidade jurídica de Direito Privado”. O pre-



FOTO: Andifes

Natalino Salgado, presidente da Comissão dos Hospitais Universitários da Andifes: é preciso reconhecer as várias ações que vêm sendo implementadas pelo MEC com o objetivo de fortalecer os HUs

sidente da Federação Nacional dos Médicos – Região Nordeste, Tarcísio Dias, também diz enxergar problemas semelhantes: “A sociedade anônima visa ao lucro. Um hospital de ensino não pode visar lucro, tem que primar pelo aprendizado”.

Não é o que entende a Superintendência do Complexo Hospitalar da UFC. “Essa será uma empresa pública. E empresa pública não privatiza nada. Essa MP ainda vai ser votada. Não foi ainda aprovada”, disse o superintendente do Complexo, o médico Florentino Cardoso. Segundo ele, várias das emendas propostas à MP 520 foram sugeridas também pela UFC. Entre as reivindicações da Universidade, a de que se preserve a autonomia dos hospitais universitários e a vinda de novos recursos.

Florentino Cardoso também revelou à UP que a UFC sugeriu que se arranjasse uma maneira de absorver o pessoal que hoje já trabalha no HUWC e na MEAC. “Temos que vislumbrar o pessoal que já está na ativa há algum tempo. São pessoas que não podem ser colocadas na rua de uma hora para outra, porque são dedicadas e foram treinadas para o serviço”, destacou.

Uma solução “necessária”

Apesar das críticas que a MP nº 520 vem recebendo, essa seria a solução imediata para um problema crônico que as universidades vêm enfrentando, segundo o Reitor da UFC, Jesualdo Farias. “Estamos no meio de um fogo cruzado, mas essa é a solução que temos hoje: a solução para um problema que hoje é muito grave”, afirmou, acrescentando que essa é sua opinião “como gestor”. Ele também demonstrou não enxergar a EBSEH como imposição: “Nenhuma universidade será obrigada a contratar os serviços desta empresa”.

De todo modo, nada está definido

ainda. “Não sabemos como o Congresso vai se posicionar sobre isso”, disse Jesualdo Farias durante a entrevista coletiva, da qual participou o superintendente do Complexo Hospitalar da UFC, Florentino Cardoso. O médico também se mantém otimista: “Nós temos um problema de financiamento e gestão, e estamos tentando resolver. Mas é importante entendermos que vislumbramos um futuro em que desenvolveremos mais serviços do que fazemos atualmente”.

A preocupação manifestada pela gestão da UFC com os cerca de 750 servidores em situação irregular na Universidade é válida, segundo o diretor do HUWC, Eugênio Lincoln Campos. No entanto, sua opinião é taxativa quanto à MP nº 520. “Eu sou desfavorável a toda e qualquer Medida Provisória, seja ela qual for, inclusive essa”, afirma.

Os estudantes de Medicina da UFC vêm se mobilizando no sentido de barrar a MP nº 520 no Congresso Nacional. Durante o mês de março, eles realizaram panfletagens junto à comunidade usuária dos serviços do

Complexo Hospitalar da UFC, além de uma paralisação geral no dia 22. Nos panfletos distribuídos, os alunos pediam o apoio da população por mais financiamento para os HUs e manifestaram-se contrários à MP nº 520, “que se configura como um ataque ao direito à saúde e uma verdadeira privatização do Hospital das Clínicas”.

O Reitor da UFC, Prof. Jesualdo Farias, discorda do receio dos estudantes e da comunidade acadêmica quanto a um possível prejuízo na formação dos futuros profissionais que passam pelo HUWC e pela MEAC, caso a EBSEH seja implantada. Segundo ele, há um compromisso firmado pelo Ministério da Educação, “que é quem comandará a futura empresa”, de haver uma participação “expressiva” da comunidade e da Universidade. “Em todas as nossas conversas em Brasília, a garantia é esta: preservar o Hospital Universitário e com atendimento 100% pelo SUS”, destaca. Para ele, a preocupação do Diretório Central dos Estudantes e do Sintufce é “compreensiva”, mas se dá em nível político. ☹

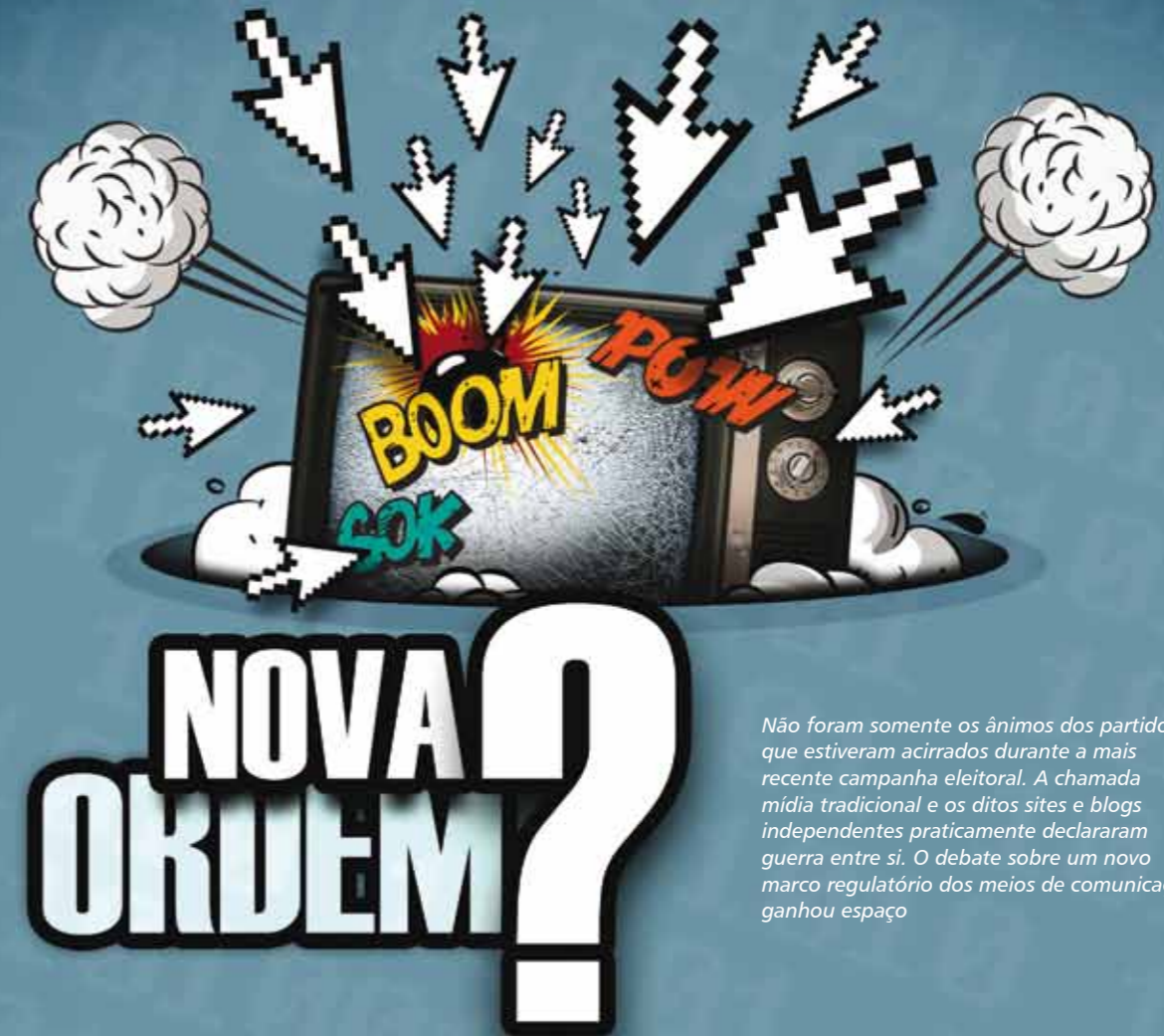
SAIBA MAIS SOBRE O COMPLEXO HOSPITALAR DA UFC

O HUWC e a MEAC atuam na assistência, ensino, pesquisa e extensão. Nos dois hospitais, fazem-se mais de 90% da pesquisa de ponta do setor de saúde no Ceará. Neles, são formados profissionais em várias áreas da saúde, como: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia, entre outros.

Atendimentos em 2010	HUWC	MEAC
Número de Leitos	242	200
Atendimento ambulatorial	180.000	90.000
Internações	6.500	8.500
Cirurgias	6.000	8.000 (cerca de 4.500 partos)

Apenas em 2010, o Complexo realizou cerca de 1 milhão de exames. No HUWC, foram realizados 81 transplantes de fígado (o HUWC é o terceiro maior Centro de Transplantes de Fígado no Brasil; os dois primeiros funcionam em São Paulo). Também em 2010, foram feitos 80 transplantes de rim (pioneiro no CE); e 17 transplantes de medula (pioneiro e único centro no CE).

Fontes: HUWC, UFC, Superintendência do Complexo Hospitalar da UFC



“Não foram somente os ânimos dos partidos que estiveram acirrados durante a mais recente campanha eleitoral. A chamada mídia tradicional e os ditos sites e blogs independentes praticamente declararam guerra entre si. O debate sobre um novo marco regulatório dos meios de comunicação ganhou espaço”

A pouco menos de dez dias do segundo turno da corrida eleitoral que elegeu Dilma Rousseff como Presidenta do Brasil, uma imagem polêmica ganhou a tela dos televisores de boa parte da população brasileira. Na noite de 21 de outubro de 2010, o Jornal Nacional, da TV Globo, exibiu o candidato da oposição, o tucano José Serra, sendo atingido por um objeto durante tumultuada caminhada realizada na tarde daquele dia, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A reportagem mostrou simpatizantes petistas e apoiadores do PSDB em confronto e afirmou que Serra fora atingido por um rolo de fita crepe com peso suficiente para levar o candidato a tirar uma tomografia de sua cabeça. Até um perito criminal foi ouvido para corroborar com a versão apresentada, no telejornal da emissora carioca, pela oposição.

Minutos antes, no entanto, o programa SBT Brasil, transmitido a partir de São Paulo, apresentou uma versão diferente da que seria mostrada, em seguida, pela TV Globo. No lugar de um rolo de fita crepe, o vídeo do confuso corpo a corpo eleitoral exibiu Serra sendo atingido por uma simples bolinha de papel. O candidato leva as mãos à cabeça somente 20 minutos depois, após receber um telefonema.

A guerra de versões iniciada pelos telejornais, porém, não durou nem 24 horas. Quase que imediatamente após a exibição do Jornal Nacional, o vídeo da tumultuada caminhada ganhou o País através da Internet. Com isso, qualquer pessoa pôde assisti-lo em casa quantas vezes fosse preciso para tirar suas próprias conclusões. Sites e blogs simpatizantes da esquerda propagaram por toda a



Vídeo da caminhada de Serra durante campanha eleitoral gerou versões controversas na TV e na Internet

web, principalmente pelas redes sociais, a reportagem exibida pelo SBT. Outros peritos, inclusive, tiveram a oportunidade de analisar o vídeo em laboratório e divulgar versão diferente da apresentada pela TV Globo. Resultado: na noite de 22 de outubro, não se falou mais em rolo de fita crepe no *Jornal Nacional*.

Mas, e se o acesso à Internet não tivesse atingido 73,9 milhões de brasileiros no quarto trimestre de 2010, como divulgado pela Ibope Nielsen Online, no último 18 de março? Que repercussão e abordagem teria o assunto na edição dos telejornais da noite seguinte, caso o vídeo não tivesse se popularizado nas redes sociais? O Brasil poderia ter vivido episódio semelhante à controversa edição do debate entre Lula e Collor, feita pelo *Jornal Nacional* em 1989?

Para o jornalista Paulo Henrique Amorim, da TV Record e do site *Conversa Afiada*, sim. Crítico feroz das administrações tucanas, Amorim esteve, no dia 18 de fevereiro, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, onde palestrou para uma plateia de cerca de 2 mil pessoas, entre estudantes, profissionais da imprensa e integrantes de movimentos sociais. O jornalista explicou por que acredita que a população brasileira deve pressionar o Governo Federal

por um novo marco regulatório para os meios de comunicação do País.

“O sistema de comunicações do Brasil é um dos mais monopolistas ou, na melhor das hipóteses, oligopolizados do mundo. O que tem de acontecer no Brasil é um novo marco regulatório, como existe nos países mais adiantados do mundo em termos institucionais. Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Estados Unidos e Canadá têm e em nenhum deles se suspeita que isso se confunda com censura. Quem inventou essa história de que fazendo o marco regulatório significa censurar foi o PIG. O marco é uma exigência de uma sociedade democrática e já está demorando que ele ainda não exista no Brasil”, afirmou o jornalista, referindo-se aos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e à Rede Globo como Partido da Imprensa Golpista (PIG).

Na Argentina, a Presidenta Cristina Kirchner enfrentou ferrenha oposição dos grupos privados de comunicação daquele país ao lançar a Ley dos Medios, que impede a formação de monopólios e oligopólios dos meios de comunicação, fixando limites à quantidade de licenças e por tipo de meio. Entidades e movimentos civis da área defendem que o marco regulatório da mídia brasileira siga esse caminho. Atualmente, o Ministério das Comunicações (MiniCom) tem titulado em dar detalhes do anteprojeto que se encontra em estudo na pasta.

Ao programa Observatório da Imprensa do dia 22 de março, transmitido ao vivo pela emissora pública TV Brasil, o Ministro Paulo Bernardo disse que o governo não quer que a proposta seja apresentada com possíveis “erros e vícios”. Segundo ele, o MiniCom, em parceria com outros órgãos, está revisando o anteprojeto deixado pelo seu antecessor, o jornalista Franklin Martins. O Ministro garantiu que o projeto que sairá do Ministério será “equilibrado, com cada artigo,

capítulo e dispositivo revisado”, pois não quer que algum possível erro sirva para que sejam feitas campanhas indevidas. “O trabalho deixado pelo Franklin não tem caráter político, foi baseado em cima da Constituição Nacional e da realidade brasileira. Depois de finalizado dentro do governo, ele será submetido à consulta pública. Somente depois disso será enviado ao Congresso”, garantiu.

Para o Prof. Ronaldo Salgado, presidente da Unidade Curricular de Jornalismo do Curso de Comunicação Social da UFC, o Governo Federal deveria, de antemão, manifestar-se contrário à censura - argumento utilizado pelas empresas - para evoluir sobre o tema do marco regulatório. “A Presidenta Dilma já fez em seus discursos, logo que assumiu o cargo, e deveria, ato contínuo, cobrar a participação do empresariado e dos profissionais de comunicação no debate sobre a questão”.

O Ministro Paulo Bernardo rebateu a acusação de que o novo marco regulatório signifique algum tipo de censura. “Colocar em dúvida que governo tenha intenção de tentativa de controle de expressão, não dá para aceitar. Lutamos muito, todos, pela democracia em nosso País, que está consolidada. Agora, por trás desse debate há interesses econômicos; não dá para escamotear esse aspecto”.

Já Mônica Mourão, professora responsável pela disciplina Ética e Legislação no Jornalismo, do Curso de Comunicação Social da UFC, e também integrante do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, entende que cabe ao governo mostrar como é a regulação da mídia em outros países. Assim, os brasileiros compreenderiam que o projeto não se trata de censura. “Imagine uma pessoa que não tem o costume de ler, como acontece muito no nosso País. De onde ela recebe as informações que vão fazê-la formar seus pontos de vista e suas ideias sobre o mundo? Basicamente da TV e do rádio. Acontece que estes estão nas mãos de poucos - empresas familiares que



Paulo Henrique Amorim: novo marco regulatório é necessário para combater um dos sistemas de comunicações mais monopolistas do mundo

difundem o seu ponto de vista para o restante da população. Então ser contra o monopólio e o oligopólio é ser a favor da democracia”, explica.

Para o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará (Sindjorce), Claylson Martins, quem defende uma nova regulação para o setor também precisa pressionar o governo. Ele lembra a disputa milionária envolvendo os direitos de transmissão da primeira divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol. “Burlando determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, a Globo pode levar o Brasileirão para todas as suas plataformas, da TV aberta, fechada, passando pela Internet. Na Argentina, isso foi duramente combatido pelo governo, que hoje transmite o campeonato argentino pela TV pública daquele país”, afirma.

Martins reconhece que este não é o único problema que o novo marco regulatório deve combater. “Temos problemas também com arrendamento de horários em rádios e TVs ou até da própria concessão, que é tratada como algo totalmente privado. É preciso lembrar: são concessões públicas e têm papel a ser cumprido,

até constitucionalmente”.

Segundo Ronaldo Salgado, a aprovação da nova lei do setor de comunicações tende a ser bastante difícil no Congresso Nacional, pois boa parte da classe política detém a propriedade de muitos meios de comunicação, situação que a Constituição Federal já impede, mas que tem sido desrespeitada. “Não se pode - nem se deve - mais admitir monopólio de comunicação, propriedade cruzada de meios por parte de uma só pessoa ou corporação empresarial, como ocorre em larga escala no Brasil. Isso é um desrespeito aos princípios democráticos, à consciência cidadã e ao próprio Estado de Direito”, alerta.

UNESCO entra na discussão

Em março, o escritório brasileiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) lançou três documentos com sugestões para a reforma das leis de comunicação eletrônica no País, considerada totalmente ultrapassada por conta das mudanças tecnológicas das últimas décadas.

Para se ter uma ideia da defasagem, Mônica Mourão recorda que o atual sistema de Comunicação Social brasileiro foi delineado a partir de concessões feitas quando era o Presidente da República, e não o Poder Legislativo,

que decidia para quem permitir a exploração da radiodifusão. Por conta disso, as concessões serviram de moeda política. “José Sarney, quando foi Presidente, autorizou 1.028 concessões de rádio e TV. Isso significa 30% do que havia sido concedido no País desde 1922”, calculou. Dados do MiniCom contabilizam, hoje, cerca de 28 mil emissoras de rádio e TV no Brasil.

A UNESCO sugere que as concessões não devem ficar a cargo de instâncias políticas, como o Congresso ou um ministério, mas a uma agência independente, com orçamento próprio livre de contingenciamento e liberdade em relação ao governo e às empresas do setor. Entre outras recomendações da entidade está o estímulo ao fortalecimento de redes verdadeiramente públicas e comunitárias.

Outro lado

Embora a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) reconheça que o Código Brasileiro de Telecomunicações seja antigo, de 1962, a entidade argumenta que a regulamentação da radiodifusão brasileira não está ultrapassada, tendo passado por constantes adaptações nos últimos anos. Através da Assessoria de Comunicação, o presidente da entidade, Emanuel Carneiro, defendeu apenas ajustes pontuais, principalmente em relação às novas tecnologias.

Em nota, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) informou que a criação de um conselho de autorregulamentação do setor é a iniciativa viável diante do anseio por um controle social da imprensa. Sobre o marco regulatório, a ANJ diz defender que ele deve respeitar os princípios da liberdade de imprensa e argumenta que apenas a posteriori é aceitável fazer julgamento de conteúdos jornalísticos.

Roedores em Série

Depois de anos tendo de recorrer a instituições de outros estados, a Universidade Federal do Ceará desenvolve sua primeira colônia de camundongos transgênicos. Os animais serão utilizados em pesquisas sobre doenças típicas da região do Semiárido

Versão dócil e simpática dos indesejados ratos, os camundongos caíram nas graças do cinema, das crianças e, sobretudo, da ciência. Os pequenos roedores de origem europeia e asiática tornaram-se importantes aliados da Medicina na busca pela cura de doenças, pois possuem características genéticas semelhantes ao do ser humano e, por isso, são considerados ótimas cobaias para pesquisas e testes na área de saúde.

Para se ter ideia de sua relevância, basta atentar que foi através desses bichinhos que a ciência chegou ao tratamento de males como hipertensão, Aids, câncer, Alzheimer, dentre outros. Desde que passaram a ser utilizados em laboratório, ainda no século XIX, esses animais foram reproduzidos em mais de 400 linhagens diferentes, servindo a tipos específicos de estudo. Entretanto, um dos maiores passos da ciência foi dado apenas em 1982, quando foi desenvolvido o primeiro camundongo transgênico - invenção

que, em 2007, até rendeu o Prêmio Nobel de Medicina.

A manipulação genética facilita o entendimento de pesquisadores sobre o mecanismo das doenças que atingem o homem, além de permitir a validação de novos medicamentos com menor número de testes com seres humanos. Acontece que a produção de camundongos transgênicos não é simples, tampouco barata. Embora os principais centros de pesquisa do Brasil já contem com “fábricas” do tipo, a demanda por esses animais no País ainda é muito maior que a oferta.

Durante vários anos, a Universidade Federal do Ceará precisou recorrer a outros estados para adquirir exemplares transgênicos. Funcionava assim: cada vez que o pesquisador precisasse fazer testes em ratos, era obrigado a comprá-los fora, no “varejo”, ou a utilizar laboratório de outras instituições, o que requer não apenas disponibilidade de tempo, mas também de dinheiro. Dependendo do

tipo de alteração genética exigida, o preço de um ratinho pode chegar aos milhares de dólares.

A novidade é que, agora, a UFC tem a oportunidade de desenvolver sua própria colônia de roedores transgênicos. Em fevereiro deste ano, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Biomedicina do Semiárido - grupo de pesquisa ligado à Faculdade de Medicina - adquiriu, da Universidade de São Paulo (USP), dois tipos de transgênicos matrizes, ou seja, próprios para reprodução.

De acordo com um dos pesquisadores do Instituto, Prof. Reinaldo Oriá, do Departamento de Morfologia da UFC, a ideia é fazer cruzamentos com esses ratinhos e desenvolver uma colônia de até 100 camundongos. “Será um importante patrimônio para a pós-graduação da UFC. Esperamos ter um número estável de animais, para que não se precise mais buscá-los fora”, explicou.

Atualmente, a pesquisa com utilização de animais transgênicos é regulamentada e supervisionada por diversos órgãos de controle, alguns vinculados ao Ministério da Ciência e

Tecnologia. Conforme garantiu Oriá, os procedimentos seguidos pela UFC estão de acordo com as normas do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal.

Finalidade

As matrizes trazidas da USP são do tipo “apoE knockout” (animais gerados sem o gene que codifica a proteína responsável pelo transporte de colesterol) e “controle selvagem” (animais com genoma completo, que servem para controle genético). Os animais beneficiarão, principalmente, pesquisas sobre doenças típicas da região do Semiárido - foco dos estudos do INCT de Biomedicina -, como diarreia, desnutrição e saúde dental, úlcera, câncer gástrico, doenças neurológicas tropicais etc.

A linha de estudos do coordenador do Instituto, o Prof. Aldo Ângelo Moreira Lima, é exemplo do que possivelmente deverá avançar a partir da utilização dos camundongos na UFC. Ele pesquisa os efeitos da desnutrição e das infecções intestinais no crescimento e no desenvolvimento cognitivo e físico das crianças. Segundo Lima, a desnutrição do tipo severa atinge cerca de 7% da população brasileira, sendo que o índice aumenta quando se leva em conta os níveis leve e moderado da doença.

O professor explicou que há um tipo de gene - o APOE-4 - que está associado à proteção contra o déficit cognitivo na infância. A proposta é verificar, nos ratos, como exatamente a ausência desse gene piora o desenvolvimento e o crescimento dos seres humanos, o que permitirá a elaboração de melhores estratégias de prevenção e tratamento. E mais: conforme explicou Lima, as crianças com o APOE-4 que sobrevivem à desnutrição demonstram maior risco de apresentar outras doenças na idade adulta, como o Mal de Alzheimer e problemas cardiovasculares, o que também poderá ser testado a partir dos testes em camundongos.

Estrutura

A vinda dos roedores transgênicos para a UFC foi possibilitada a partir da estruturação de um ambiente adequado para a criação e manipulação dos bichos, feito a partir de recursos conseguidos pelo INCT em parceria com a Universidade da Virgínia (Estados Unidos). Segundo o Prof.

De acordo com o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC, Prof. Gil de Aquino, a verba para as obras (cerca de R\$ 2 milhões) já estão aprovadas, mas ainda não foram liberadas pelo Fundo de Infraestrutura CT-Infra, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Governo Federal. Segundo ele, o Biotério já adquiriu novos equipamentos. “O ideal seria que a



Do tipo “apoE knockout” e “controle selvagem”, as matrizes de camundongos trazidas para a UFC beneficiarão pesquisas sobre desnutrição, úlcera e câncer gástrico

Reinaldo Oriá, foram adquiridas estantes ventiladas (que eliminam a amônia produzida pelos roedores) e gaiolas especiais, com piso e tamanho diferenciados. Os camundongos estão localizados na sede do Instituto, no Campus do Porangabuçu.

Hoje, a Universidade até conta com um Biotério Central (local onde normalmente são produzidas as cobaias, que também serve para capacitação de estudantes de Medicina em técnicas cirúrgicas), no Campus do Pici, mas o local ainda aguarda reforma e ampliação para receber novas demandas desde, pelo menos, 2009.

gente tivesse primeiro reformado e depois comprado os equipamentos, mas, infelizmente, não podíamos esperar, correndo o risco de perder os recursos para a compra de material”, explicou.

Segundo Oriá, a proposta é que, uma vez pronto, o Biotério ofereça a estrutura necessária para a produção de novos tipos de transgênicos, não apenas de camundongos. “O que estamos fazendo hoje é só o início. Algumas pesquisas dependem de outros animais geneticamente modificados, alguns de maior porte, o que só é possível de se fazer em um biotério”, esclareceu.

Docência provisória

HÁ VAGAS?

Governo Federal cria uma nova categoria docente, destinada a cursos iniciados por meio do Reuni. A chegada desses profissionais sem vínculo efetivo suscita discussão sobre os impactos da medida na qualidade do ensino

por Hébely Rebouças

No dia 1º de janeiro deste ano, ao passar a faixa presidencial para sua sucessora, Dilma Rousseff, o ex-chefe do Executivo Federal, Luiz Inácio Lula da Silva, transmitiu também a responsabilidade sobre o maior programa de reestruturação e expansão das universidades federais de seu governo, o Reuni.

O plano foi inaugurado em 2007, mas possui metas e ações que se estendem até 2012. Para tentar ampliar o acesso da população ao Ensino Superior, criaram-se novos cursos, vagas, campi. Aumentou-se a quantidade de prédios, unidades acadêmicas, estudantes e professores. Dilma terá de levar a iniciativa adiante e, principalmente, criar as condições para que o crescimento não seja interrompido.

No último mês de fevereiro, a presidenta foi obrigada a fazer a primeira movimentação no sentido de tentar garantir a sustentação do Reuni, justamente no delicado momento em que o governo fecha a torneira dos gastos e até anuncia corte recorde de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União. Através de Medida Provisória (MP nº 525), Dilma criou uma nova categoria docente para as universidades federais: a

do professor temporário.

O regime de trabalho desse profissional é semelhante ao do professor substituto, que já existe nos quadros das instituições: a contratação é feita via concurso e tem duração de até dois anos, não há exigência de dedicação exclusiva e tampouco existe plano de carreira específico. A diferença é que o substituto ocupa uma vaga que, originalmente, é de um professor efetivo que se encontra afastado de suas funções, por motivo de aposentadoria, licença etc. Já o temporário tem a prerrogativa de ocupar vagas "virgens", sem a necessidade de haver vaga equivalente de efetivo.

É exatamente esse o detalhe que beneficiará o Reuni. A lógica é a seguinte: como ainda não há previsão de novos concursos públicos para docente efetivo, destinados a cargos oriundos do Programa, as universidades poderão contratar temporários e evitar que os estudantes sejam prejudicados pela carência de professor.

Mas, afinal, por que criar uma nova categoria, em vez de simplesmente se empregar um substituto? Simples: porque boa parte das universidades não tem mais como justificar a contratação desse tipo de profissional, uma vez que ele só pode ser recrutado quando há vaga equivalente de professor efetivo.

A criação dos temporários foi, portanto, uma saída jurídica encontrada pelo governo para justificar a chegada de novos docentes sem vínculo efetivo, que, embora sejam considerados mais adequados para o Ensino Superior, pesam mais na folha de pagamento da União - tudo que, por enquanto, o Executivo não quer.

A MP nº 525 tramita em caráter de urgência no Congresso Nacional, mas, por tratar-se de Medida Provisória, já está valendo em todo o País. Outra novidade trazida por ela é a ampliação do percentual de substitutos permitido por lei. Atualmente, o número não pode ultrapassar 10% da quantidade

de efetivos. Com a MP, o montante sobe para 20%. Como justificativa, o governo dá à expansão do Ensino Superior status de "excepcional interesse público". O limite de vagas de temporários nas federais ainda será definido. Na votação (prevista para os próximos 30 dias), a MP pode ser rejeitada pelo Legislativo, aprovada na íntegra ou, ainda, sofrer alterações por meio de emendas parlamentares.

Efeitos na UFC

O Ministério da Educação autorizou 40 vagas de professor temporário para a Universidade Federal do Ceará - sendo que 25 já foram liberadas e, até o fim de março, estavam em processo de preenchimento. Segundo o chefe da Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da UFC, Fernando Henrique Carvalho, esses profissionais irão, principalmente, para os campi no Interior do Estado. Questionado se o total de vagas supre a demanda dos novos cursos, ele garantiu que "não haverá nenhum aluno sem professor".

As 40 vagas serão mantidas até que o governo autorize os concursos para professor efetivo, algo que, segundo Carvalho, ainda não tem previsão, embora seja considerado garantido. A partir de agora, porém, surgem os questionamentos sobre o impacto dessa medida na qualidade do ensino, sobretudo em cursos que estão apenas no início, com todas as dificuldades típicas do começo da jornada.

Ao contrário do que, em tese, ocorre com os efetivos, substitutos e temporários estão de passagem pela universidade. Por isso, os contratos são mais precários e a relação com a entidade tende a ser menos firme. Enquanto efetivos têm direito de se afastar para fazer cursos de pós-graduação sem perder a vaga, substitutos e temporários chegam a ser sobrecarregados com disciplinas.

Embora reconheça que o ideal seria que as 40 vagas fossem ocupadas por professores permanentes, o Pró-Reitor de Graduação da UFC, Custódio Almeida, disse que a situa-



Prof. Custódio Almeida: UFC terá de aprimorar qualidade da seleção de professores, priorizando a contratação de mestres e doutores

ção não causará prejuízos ao padrão de ensino dos cursos. Ele argumenta que a quantidade de temporários é pequena em relação ao universo de contratação de efetivos já realizada pela Instituição. "Aprovamos 27 novos cursos de graduação, para os quais já entraram, via Reuni, mais de 300 professores efetivos. Isso significa que 85% das vagas do Programa foram preenchidas com esses profissionais", calculou.

Almeida ponderou, no entanto, que a Universidade terá de aprimorar o controle de qualidade na hora da seleção, primando pela contratação de mestres e doutores. "Temos conseguido fazer isso em cursos como o de Física, Filosofia, Matemática. Boa parte dos professores substitutos tem, pelo menos, um mestrado". De 2007 para 2010, a UFC conseguiu reduzir praticamente à metade o número de substitutos. Hoje, há cerca de 240 em atividade.

O Pró-Reitor também relativizou os questionamentos sobre o nível de comprometimento dos docentes sem vínculo efetivo. "Claro que há casos de pessoas sem compromisso, mas alguns são, inclusive, desejados por seus departamentos. São dedicados, têm interesse em ser efetivados e, por

isso, fazem um excelente trabalho".

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC-Sindicato) ainda não tem posicionamento oficial sobre a criação da categoria dos professores temporários. O vice-presidente da entidade, Prof. Ricardo Thé, apenas adiantou que, em princípio, a entidade tende a ser contra as novidades. "As coisas ainda não estão muito claras, não sabemos direito qual é a real intenção do Governo. Agora, a gente percebe que alguns cursos no Interior têm mais professores do que carga horária. Então, para que apelar para temporários?", questionou.

Um dos envolvidos na discussão sobre a MP nº 525 no Congresso, o deputado federal Chico Lopes (PCdoB) disse que a medida deverá ser aprovada na íntegra, embora nove emendas parlamentares tenham sido apresentadas e apesar de ele próprio ter se manifestado contra o aumento de vagas não efetivas nas universidades públicas.

Lopes é autor de três emendas, no sentido de deixar claro que a ampliação do percentual de 10% para 20% vale apenas para professores substitutos e que a admissão dos temporários será feita mediante concurso público, com edital específico e ampla divulgação. Outra emenda, apresentada pela deputada de oposição Dorinha Rezende (DEM-TO), pretende barrar o aumento do percentual para 20%. O deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) é ainda mais radical: ele propõe que o número de substitutos não passe de 5% do total de efetivos nas instituições. Como o Governo Dilma tem maioria aliada no Congresso, a expectativa é que essas mudanças sejam suprimidas na votação final. ☺

EUREKA!

O CAMPUS EM QUADRINHOS

ROTEIRO E DESENHO
FELIPE LIMA
oficina.quadrinhos.ufc@gmail.com



ÀS VEZES, NOSSAS IDÉIAS CONSPIRAM CONTRA NÓS...



FCPC e UFC: Rumo a excelência no desenvolvimento científico do Ceará



Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura

Av. da Universidade, 2995 - Benfica - CEP: 60.020-181
Fortaleza/CE. Fones: (85) 3243. 1620; 3281. 3444 - Fax: 3243. 5381
www.fcpc.ufc.br



FCPC

**Outra tradição
da nossa cultura:
ter investimentos do
Banco do Nordeste.**

**Banco do Nordeste Financiamentos.
Onde você vê Nordeste, a gente
enxerga mais oportunidades.**

Com o Banco do Nordeste, empreendedores de diversos setores têm crédito com as melhores condições do mercado. São juros mais baixos, prazos mais longos e apoio técnico para implantar, ampliar ou modernizar negócios de todos os portes. E se o investimento for no semiárido, as condições são ainda melhores. Então, fique atento. No Nordeste, as oportunidades estão por todos os lados.

